



# Anais da Assembleia

Nº 027

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 20.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 1991  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
- O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.
- O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente.  
- Em relação à Ata, nós gostaríamos que fosse constado que o discurso proferido por mim, não ficou constado nos Anais da Assembleia Legislativa, por ordem da Mesa, que deveria estar constando da ata de ontem.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na ata é um resumo, Vossa Excelência vai en-

contrar no Diário da Assembleia, mas eu vou determinar a retificação da ata, atendendo o solicitado de Vossa Excelência.

Com a retificação solicitada pelo Deputado Rosinha está aprovada a ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 559-23

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência, no encaminhamento do Projeto de Lei nº 90/91, que concede redução do ICM ao Contribuinte, s/salário pago ao menor de 18 anos.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

REQUERIMENTO Nº 559-24

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO Nº 559-26

Senhor Presidente.

O Deputado que este firma no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Paulinho Arnoni Hoffmann, ocorrido em 31 de março de 1991, no distrito de Quatro Pontes.

O fato abalou pesadamente a comunidade de Quatro Pontes e o município de Marechal Cândido Rondon, pois tinha um grande círculo de amigos, foi esportista exemplar e integrou a seleção municipal de futebol de campo de Marechal Cândido Rondon em 1981, 1982 e 1983 e sempre viveu cercado de seus parentes e demais moradores do Distrito.

Desta decisão, requer seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) ÉLIO RUSCH.

REQUERIMENTO N° 559-27

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ARY SILVA, ocorrido nesta Capital.

Da decisão da Casa, pede-se seja dada ciência à família enlutada à Rua Albino Silva, n° 460, nesta capital.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 559-9

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o registro de voto de congratulações e aplauso à diretoria da MASTER COMUNICAÇÃO e MARKETING LTDA., agraciada com o título de AGÊNCIA DO ANO pela Associação de Colunistas de Propaganda da Região Sul. Pedimos que este registro seja comunicado aos seus diretores, Ernani Buckmann e Antônio de Freitas.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

É motivo de muito júbilo a escolha de uma agência genuinamente paranaense, de apenas dois anos de vida e constituída de brilhantes e consagrados profissionais, como a AGÊNCIA DO ANO, ainda mais que quem patrocinou esta escolha é a conceituada Associação dos Colunistas de Propaganda da Região Sul. Este título premia com muita justiça uma das agências mais criativas e eficientes de nosso Estado!

REQUERIMENTO N° 559-28

Senhor Presidente.

O Deputado, proponente do presente, adiante firmado, REQUER, de acordo com as normas regimentais, após ouvido o Plenário, a formulação e inserção em Ata, de votos de congratulações ao Senhor IGNÁCIO ALOÍSIO DONEL.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) ELIO LINO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O cooperativista IGNÁCIO ALOÍSIO DONEL, acaba de assumir a presidência da Organização das Cooperativas do Paraná - OCEPAR -, em substituição ao Senhor Wilson Thiesen.

Com a bem sucedida administração conferida em mais de duas décadas como Presidente da Cooperativa Agrícola Três Fronteiras Ltda. - COTREFAL -, com sede no município de Medianeira, PR, colocando-a co-

mo entidade destaque no Estado do Paraná, e conhecendo a firmeza do caráter administrativo do exemplar líder cooperativista e agricultor, a OCEPAR terá a gerência de um dos muitos homens que vêem o cooperativismo como um movimento salutar e de desenvolvimento econômico e social eficiente.

REQUERIMENTO N° 559-29

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, Diretor-Presidente do Jornal GAZETA DO POVO, pela conquista do Troféu Gutemberg, como reconhecimento de sua liderança na mídia de imprensa do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao Dr. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) ELIO LINO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A conquista do Troféu Gutemberg pelo Jornal "Gazeta do Povo" é uma prova das mais concretas e qualificadas de reconhecimento para um dos diários jornalísticos mais conceituados do País e líderes na mídia de imprensa do Paraná.

Conhecendo a sistemática criteriosa usada pela Revista VC Magazine para escolher os destaques nacionais, verificando "qual o jornal com maior penetração em cada unidade da Federação como um todo, e no Interior, de forma particular" reconhece-se prontamente o valor do triunfo conquistado pela Gazeta do Povo, na última semana, na cidade do Rio de Janeiro, no 1° Encontro dos Líderes da Mídia Brasileira.

REQUERIMENTO N° 559-20

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da egrégia Assembléia, de moção de apreço e consideração aos advogados paranaenses eleitos para a representação estadual no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, respectivamente, os doutores Luiz Carlos Borba Filho e Francisco da Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Um e outro, habilitados ao reconhecimento público por vidas dedicadas ao exercício da profissão e ao bem comum, serão antes de tudo advogados das "causas paranasistas", e marcarão com dignidade a presença do Paraná no Conselho Federal da OAB.

REQUERIMENTO N° 559-11

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, as providências de Sua Excelência no sentido de colocar à disposição deste Parlamentar, determinando aos setores responsáveis desta Casa para dar apoio logístico, técnico e de infra-estrutura, para a viabilização do Seminário "Região Metropolitana de Curitiba - Urgente!", que realizar-se-á nos dias 09 e 10 de maio próximo vindouro.

Informa, outrossim, que este Parlamentar será o Coordenador desse Seminário, razão pela qual solicita a reserva a todos os ilustres e nobres Pares desta augusta Casa de Leis para participar desse importante evento.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) NEIVO BERALDIN

**JUSTIFICATIVA:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta iniciativa visa primordialmente conjugar, num sistema de cooperação, as potencialidades dos Poderes Públicos, das entidades acadêmicas, da iniciativa privada e da comunidade em geral para fazer face aos sérios problemas que afligem a Região Metropolitana de Curitiba.

Nesse Seminário "Região Metropolitana de Curitiba - Urgente!" serão colocadas em discussão as "Funções Públicas de Interesse Comum", como abastecimento de água, sistemas de esgoto, lixo, transportes, segurança pública, poluição, habitação, reserva de mananciais, promoção e geração de empregos em setores prioritários, saúde, educação, abastecimento alimentar, industrialização, controle do meio ambiente, planejamento e uso do solo e outros itens que venham a ser considerados de relevante interesse regional.

Estarão em discussão, ainda, "Os Aspectos Institucionais da Gestão Metropolitana" abordados sob a ótica da criação de mecanismos viabilizadores das políticas e programas regionais a serem desenvolvidos pelo Executivo Estadual.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: Ao nosso entender, este é o momento de importantes decisões a serem tomadas tanto por parte do Poder Executivo - face à mudança de governo -, como por parte do Poder Legislativo - face aos trabalhos de regulamentação da Constituição. As conclusões deste Seminário "Região Metropolitana de Curitiba - Urgente!" servirão de apoio a essas inevitáveis tomadas de decisões.

Isto posto, e salientando a importância desse Seminário, desde já, contamos com o apoio desse Poder Legislativo, tanto na confecção de cartazes, convites, selos, refeições, transporte para autoridades de outras localidades, pastas com materiais específicos, mídia junto a imprensa, recepcionistas, crachás, custeio de viagem e hospedagem dos palestrantes de

renome nacional que serão convidados para o evento, enfim, toda infra-estrutura necessária para o sucesso e êxito deste ciclo de palestras; razão pela qual contamos com a anuência dos eminentes Pares para a aprovação desse requerimento.

**REQUERIMENTO N° 559-2**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo o imediato reequipamento da 9.<sup>a</sup> SUBDIVISÃO POLICIAL DE MARINGÁ.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) JOJO PREIS

**JUSTIFICATIVA:**

A 9.<sup>a</sup> Subdivisão Policial de Maringá se depara com diversas dificuldades decorrentes da falta de uma melhor estrutura para aquele organismo.

Inexistem condições capazes de ser compatíveis com a realidade do município, dificultando, conseqüentemente, a própria operação da Subdivisão como um todo, havendo portanto, a real necessidade de reequipá-la com materiais e pessoal especializado com veículos apropriados.

**SETOR DE INFORMATIZAÇÃO:** Instalação de microcomputador, interligando a CELEPAR via EMBRATEL, conforme estudos já iniciados, a exemplo de outras Subdivisões como Londrina e Paranavai.

**SETOR DE COMUNICAÇÃO:** Instalação de uma CENTRAL DE PABX, com, pelo menos, 08 ou 10 troncos e 40 a 60 ramais. O atual sistema KS - é obsoleto, criando sérios transtornos nas comunicações telefônicas com prejuízo ao atendimento público.

**RÁDIOS VHF:** Instalação de estações fixas nos Distritos Policiais. Instalação de estações móveis nas viaturas. Fornecimento de mais 10 (dez) rádios portáteis (H.T.). Fornecimento de 08 (oito) baterias para RÁDIOS HTs existentes e desativados por falta de baterias.

**MODERNIZAÇÃO DO FICHÁRIO:** Com a criação de sistema Audiovisual de cadastramento e reconhecimento de marginais através de fitas de Vídeo Cassete. Material necessário: 1 Câmera filmadora, um vídeo cassette e fitas de vídeo, um aparelho de TV. (material que poderá ser conseguido junto a Receita Federal que faz, costumariamente, doações de mercadorias apreendidas, a órgãos públicos).

**VIATURAS:** 06 (seis) sendo 03 (três) branco/preto e 03 (três) descaracterizadas para investigações policiais.

**PESSOAL:** Designação de mais 20 (vinte) Agentes e 03 (três) Delegados de Polícia.

**MANUTENÇÃO:** Instalação de uma Oficina Mecânica para manutenção de viaturas e Bombas de abastecimento de combustível.

**CARCERAGEM:** Contratação de cozinheiros e pessoal para serviços gerais e de limpeza.

O requerimento em apreço se ajusta plenamente aos dispositivos da Lei, e visa beneficiar uma grande comunidade paranaense, razão pela qual há de ter aprovação unânime dos nobres Representantes do Povo.

Solicitamos ainda, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Maringá, ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá, e ao Delegado Chefe da 9.ª Subdivisão Policial de Maringá.

**REQUERIMENTO N° 559-12**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Digníssimo Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam viabilizados recursos financeiros, através de convênio com a Prefeitura Municipal de Umuarama, para a construção do Terminal Rodoviário em Ivaté, distrito de Umuarama.

Do aprovado, Requer ainda, que seja expedida comunicação ao Senhor Alexandre Ceranto, digno Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Inácio Pereira Pinto e à Vereadora Elmida Panazolo.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Ivaté - futuro município desmembrado de Umuarama por recente lei estadual, aguarda a realização de sua primeira eleição. A infra-estrutura do distrito carece de uma melhor instalação de embarque e desembarque para os passageiros que transitam em Ivaté. A solicitação, uma vez atendida, trará maior segurança e conforto para os munícipes e com certeza contribuirá para a valorização e o crescimento daquela localidade.

**REQUERIMENTO N° 559-13**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Mário Pereira e ao Diretor do DER-PR, no sentido de viabilizar recursos financeiros, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para a construção de um Terminal Rodoviário no distrito de Cafezal, Município de Iporã.

Do aprovado, Requer ainda, encaminhamento ao Senhor Moisés Mendes Sanches, mui digno Vereador da Câmara Municipal de Iporã, ao Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

O Distrito de Cafezal em franco processo de transformação em município, urgentemente necessita se preparar com infra-estrutura adequada para abrigar e receber os transeuntes que por ali trafegam. A população de Cafezal, carente em várias benfeitorias, coloca a construção do terminal como uma de suas prioridades, sendo um fator de segurança e de tranquilidade para a comunidade.

**REQUERIMENTO N° 559-1**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador, Roberto Requião de Mello e Silva e ao Secretário dos Transportes, Mário Pereira. Solicitando as seguintes informações:

1) Qual a empresa que executava as obras do contorno rodoviário da Cidade de Bandeirantes?

2) Qual os critérios usados pelo ex-Governador Álvaro Dias para contratar tal empresa?

3) Qual a lei que foi transgredida pelo ex-Governador ao contratar a referida empresa?

4) Houve irregularidade no processo de licitação de obra? Se houve, que lei, decreto ou norma foi transgredida?

5) Além da paralisação da obra, conforme noticiário da imprensa (Folha de São Paulo 24.03.91), quais os procedimentos legais a serem tomados pelo Governo do Estado?

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) DOUTOR ROSINHA.

**REQUERIMENTO N° 559-3**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública apelando no sentido de determinar estudos para solucionar problema com a instalação do 5.º Distrito Policial subordinado a 9.ª Subdivisão Policial de Maringá.

O prédio que abriga o 5.º Distrito Policial foi construído pela Prefeitura Municipal de Maringá, em convênio com o Estado, entregue e inaugurado, desde setembro de 1990, não sendo ocupado pelo

SESP/Polícia Civil, por falta de condições humanas e materiais.

Neste quadro, insere-se;

- a - Instalação de telefone;
- b - Instalação de rádio VHF;
- c - Móveis completos;
- d - Viatura com rádio;
- e - Pessoal especializado:

- 1 (um) Delegado
- 2 (dois) Escrivães
- 3 (três) Agentes.

Procurando atender a um aspecto fundamental, que é o de proteger a comunidade maringaense, solicito urgentemente a solução do problema.

Solicito ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal de Maringá, Presidente da Câmara Municipal de Maringá e ao Delegado Chefe da 9.<sup>a</sup> Subdivisão Policial de Maringá.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) JOÃO PREIS.

#### REQUERIMENTO N° 559-4

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de determinar ao órgão competente daquela Secretaria, que proceda os estudos necessários visando a instalação de uma Delegacia ou Setor de Trânsito na cidade de Maringá.

Pelo seu traçado no que se refere às ruas e avenidas, Maringá é considerada cidade modelo, por ter sido previamente planejado seu desenvolvimento.

No entanto, nos últimos anos, apresentou considerável crescimento em todos os setores aumentando consideravelmente o número de veículos, cuja circulação tem ocasionado vários transtornos, provocando acidentes diversos no tráfego.

Torna-se imprescindível que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública, realize estudos, a fim de permitir a implantação imediata de uma Delegacia ou Setor de Trânsito condizente com Maringá, visando oferecer maior segurança e tranquilidade à população.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal e ao Delegado Chefe da 9.<sup>a</sup> Subdivisão Policial de Maringá.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) JOÃO PREIS.

#### REQUERIMENTO N° 559-5

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Excelen-

tíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências urgentes no sentido de dar ao município de Maringá, recursos humanos e materiais, no sentido de viabilizar a instalação de uma Delegacia ou Setor Antitóxico, para que possa ser coibida a escalada da violência que vem se verificando naquela cidade e circunvizinhanças.

A população da região se encontra totalmente desprotegida e em pânico, dada a falta de recursos disponíveis pela polícia local. Fazemos a presente reivindicação, certos de poder contar com a compreensão das autoridades competentes.

Solicitamos ainda, que do presente, se dê ciência ao Prefeito Municipal de Maringá, Presidente da Câmara Municipal de Maringá, e ao Delegado Chefe da 9.<sup>a</sup> Subdivisão Policial de Maringá.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(2) JOÃO PREIS.

#### REQUERIMENTO N° 559-6

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, solicitando liberação de verbas para aquisição de 9.000m<sup>2</sup> de terrenos em Londrina, visando a instalação de abrigos e de dois terminais periféricos de transporte coletivo.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

Apoiamento: Renato Adur, Rossoni, Nelson Garcia, Arlindo Troian, Colombino Grassano e Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar ao Ilustríssimo Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, a liberação de verbas para a aquisição de 9.000m<sup>2</sup> de terrenos em Londrina, visando a instalação de abrigos e dois terminais periféricos de transporte coletivo.

O incremento populacional nos centros urbanos de médio e grande porte no Brasil é uma realidade que deve ser encarada com rapidez e eficiência. Entre o conjunto de medidas a serem tomadas neste sentido, a viabilização do uso do transporte coletivo pela massa de trabalhadores destaca-se como prioritária. No caso de Londrina, verdade maior não poderia ser expressa, na medida em que esta cidade, de há muitos anos, marcha com passos firmes em direção ao seu futuro de grande metrópole, sendo fundamental a liberação de referida verba, tendo em vista a maior segurança e comodidade dos usuários de seu transporte coletivo.

Assim sendo, tendo em vista que a Ad-

ministração Pública Municipal tem por função básica, para não dizer obrigação, proporcionar aos seus contribuintes uma cidade funcional e eficiente, reveste-se como das mais justas a presente reivindicação deste município, que tanto tem contribuído para o engrandecimento da "Nação Paranaense".

REQUERIMENTO N° 559-7

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, liberação de verbas para a construção do Centro de Convenções e exposições de Londrina.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

Apoiamento: Renato Adur, Rossoni, Colombino Grassano, Nelson Justus, Nelson Garcia e Arlindo Troian.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar ao Ilustríssimo Sr. Governador Roberto Requião, liberação de verbas para a construção do Centro de Convenções e Exposições de Londrina.

A cidade de Londrina, importante polo agrícola e industrial do Paraná, de há muito tempo já faz por merecer um Centro de Convenções e Exposições; a urgência de que se reveste este requerimento é visível a "olho nu" pois Londrina é sabidamente um centro urbano que destaca-se, não somente a nível estadual, mas também a nível nacional e mundial, sendo dotada de infraestrutura básica eficiente para acolher visitantes participantes de exposições e convenções; o Centro de Convenções e Exposições de Londrina, com uma área aproximada de 12.300m2 complementar esta infraestrutura já instalada, dotando a segunda maior cidade do Paraná de um local adequado para a realização de feiras, convenções e outros eventos, principalmente a Feira da Indústria de Confecção, que abrangeria Londrina, Curitiba, e todos os Municípios do Paraná e do Sul do Brasil.

Assim sendo, por ser das mais justas a reivindicação, estamos certos de que seremos atendidos em nome do povo e da pujança deste município, orgulho de todos nós, os paranaenses.

REQUERIMENTO N° 559-8

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Governador Roberto Requião, solicitando liberação de verbas para o Conselho Comunitário de Segurança de Cascavel.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

Apoiamento: Renato Adur, Rossoni, Nelson Garcia, Arlindo Troian e Colombino Grassano.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa solicitar ao Ilustríssimo Sr. Governador do Estado Roberto Requião, verbas no montante de 70 milhões de cruzeiros para o Conselho Comunitário de Segurança de Cascavel.

Um dos municípios paranaenses que mais desenvolveu-se e cresceu nas últimas décadas, Cascavel, polo gerador de riquezas do Oeste paranaense, depara-se hoje com crescentes problemas relacionados à Segurança Pública; a melhoria de condições nesta área está diretamente relacionada com a liberação de verbas para a aquisição de viaturas, motos, armamentos e tudo o mais que possa ser um eficiente instrumento no combate ao crime e à desordem.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e por ser obrigação do Estado para com seus contribuintes a Segurança Pública, finalizamos, certos de que seremos atendidos nesta reivindicação, que se reveste de mais altocunho social.

REQUERIMENTO N° 559-10

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Governador Roberto Requião, solicitando liberação de verbas para o Conselho Comunitário de Segurança de Maringá.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

Apoiamento: Renato Adur, Rossoni, Nelson Garcia, Arlindo Troian, Colombino Grassano e Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar verbas no montante de 70 milhões de cruzeiros para o Conselho Comunitário de Segurança de Maringá.

Maringá, como é sabido de todos, é um dos mais importantes municípios do Paraná; sua pujança e progresso trazem consigo problemas que são comuns a todos os municípios brasileiros, entre os quais se destaca a Segurança Pública; é de fundamental importância que o Estado esteja alerta e atenda reivindicações neste sentido, na medida em que o eficiente aparelhamento dos órgãos encarregados da proteção da comunidade é fator de tranquilidade e de certeza da punibilidade daqueles que encontram-se na contra-mão da licitude e do bem comum.

Assim sendo, visando propiciar a população de Maringá condições de lutar contra a desordem e o desrespeito às leis, encaminhamos este requerimento certos de que



será devidamente apreciado e atendido.

**REQUERIMENTO N° 559-14**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para o Centro de Convivência de Idosos, em Umuarama.

Do aprovado, requer, ainda, que se dê ciência ao Sr. Presidente Olavo Romano, (Rua Curitiba, 5354 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) NELSON GARCIA.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que o Centro de Convivência de Idosos vem encontrando pois a sua manutenção depende da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

**REQUERIMENTO N° 559-15**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para o Centro Espírita Alan Kardec, em Umuarama.

Do aprovado, requer, ainda, que se dê ciência a Senhora Presidente Cleide Luíza Sartori Agostinho, (Rua Marialva n° 4835).

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) NELSON GARCIA.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que o Centro Espírita Alan Kardec, vem encontrando pois a sua manutenção depende da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria

da Entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

**REQUERIMENTO N° 559-16**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino Escola Estadual Castelo Branco, em Icaraíma.

Do aprovado, REQUER, envio do solicitado aos Senhores Prefeito Municipal e à Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) NELSON GARCIA.

**JUSTIFICATIVA:**

Se considerarmos que a escola pública, no Interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque, a cada dia que passa, a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos Estabelecimentos de Ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

**REQUERIMENTO N° 559-17**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino Escola Estadual São Silvestre - Ensino de 1° Grau, em Cruzeiro do Oeste.

Do aprovado, REQUER, envio do solicitado aos Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 02.04.91

## JUSTIFICATIVA:

Se considerarmos que a escola pública, no Interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

## REQUERIMENTO N° 559-18

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino Colégio Estadual de Umuarama, em Umuarama.

Do aprovado, REQUER, envio do solicitado aos Senhores Prefeito Municipal e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no Interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis

equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos Estabelecimentos de Ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

## REQUERIMENTO N° 559-19

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino Escola Estadual Guimarães Rosa - Ensino de 1° Grau, em Assis Chateaubriand.

Do aprovado, REQUER, envio do solicitado aos Senhores Prefeito Municipal e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no Interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos Estabelecimentos de Ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

## REQUERIMENTO N° 559-21

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelen-



tíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a colocação de um módulo policial em Rio Claro, distrito administrativo pertencente à Municipalidade de Mallet.

De iniciativa do nobre Vereador Hugo Bisczczad, trata-se de uma antiga reivindicação daquela laboriosa comunidade, hoje estimada em três mil moradores. Distante da sede em mais de 25 quilômetros, Rio Claro tem ficado à mercê da própria sorte, tendo em vista a ausência de policiamento específico, que só se faz presente quando das chamadas emergenciais, assim mesmo de maneira precária, pois só dispõe de reduzido destacamento.

Pelas razões expostas, espera-se a concretização deste justo pleito na maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 559-25

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do Congresso Nacional, para determinar uma extensão da CPI do Congresso, que investiga a corrupção na Previdência Social, a fim de apurar possíveis irregularidades em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Esta Casa, sem entrar no mérito da existência de aposentadorias milionárias ou especiais na previdência, assunto que se tornou manchete em todo o território nacional, é uma grande oportunidade para uma ampla reformulação e modernização do Sistema de Informática da Previdência, hoje, denominado de Instituto Nacional de Seguridade Social.

Este Poder Legislativo, acompanhado por representantes do Congresso Nacional, da Bancada do Paraná, poderá dar uma resposta com mais segurança sobre a situação do I.N.S.S., em nosso Estado.

#### REQUERIMENTO N° 559-31

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente, com remessa de cópia desta proposição, aos Secretários de Estado da Segurança Pública, de Esporte e Turismo, ao Vice-Governador e Secretário dos Transportes e ao Governador do Estado, solicitando providência urgentes com medidas definitivas, mediante realização de reunião das autoridades estaduais com as principais lideranças regionais, e a in-

tervenção da Polícia Federal e do Ministério das Relações Exteriores, que garantam a segurança da população residente no Oeste do Paraná e preservem a imagem e o potencial turístico da Região.

Seja dado conhecimento, com envio de cópia da proposição, à Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP, à Associação das Câmaras Municipais do Oeste do Paraná - ACAMOP, à Associação dos Municípios do Lago de Itaipu, à Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná - CACIOPAR e ao Núcleo Regional dos Sindicatos Rurais do Oeste.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) ALBINO CORAZZA NETO

#### JUSTIFICATIVA:

Somente no mês de março, ocorreram 13 (treze) assaltos contra passageiros e empresas de ônibus de linhas intermunicipais e de turismo, tendo as vítimas sido despojadas de seus pertences, como dinheiro, jóias, roupas e documentos.

Constantemente ocorrem assaltos contra caminhoneiros, que tem seus veículos e cargas roubadas, são sequestrados e à vezes perdem a própria vida.

Nos últimos dias do mês de março, o município de Santa Helena viveu dias de terror com a ocorrência de três homicídios, um latrocínio e um assalto seguido de sequestro, sendo que no latrocínio foi vítima um taxista que há 21 anos exercia a profissão como forma de manter sua família, a esposa hoje viúva, e três filhos, hoje órfãos, enquanto no assalto a família Stefanello perdeu um veículo, um trator e uma motocicleta, jóias e dinheiro, tendo os marginais levado um filho do casal como refém, para a fuga, enquanto toda a família permanecia presa no interior de um aposento da própria residência.

O Delegado de Polícia Civil do Município de Santa Helena, Dr. Natálio Barbosa, foi vítima de atentado no início da última semana, quando marginais o alvejaram com seis tiros de arma de fogo, cujas marcas podem ser vistas no seu carro particular que era usado a serviço da Polícia.

A violência ganha requintes de crueldade sempre mais acentuada, como se pode verificar em dois fatos registrados no Lago de Itaipu, na área do Município de Marechal Cândido Rondon: dia 22 de fevereiro foi encontrado o corpo de um homem, com a cabeça decepada e estripado; dia 31 de março, outro cadáver encontrado no Lago apresentava uma perfuração à bala na cabeça outra no peito, e tinha o ventre cortado em toda cintura, desde um lado até o outro da coluna vertebral.

Em todos os municípios da região, diariamente, registram-se furtos de veículos, tratores, maquinários e implementos agrícolas e residências são arrombadas.

A população residente no Oeste do Paraná não tem assegurados os direitos de liberdade, inviolabilidade e propriedade estabelecidos no Capítulo I da Constituição Federal, e vive em constante estado de intranquilidade, além de o maior pólo turístico do Paraná estar ameaçado pela ação de quadrilhas que promovem crimes contra o patrimônio e a vida de quem transita pela Região, por falta de ações enérgicas das autoridades estaduais e federais responsáveis por aquela área de fronteira.

Os fatos enunciados são apenas alguns de tantos que ocorrem diariamente na região, o que justifica uma medida urgente e definitiva, num trabalho conjunto entre a União, o Estado e os Municípios, para conter a violência, a criminalidade e o vandalismo, e para isso solicitamos o parecer favorável do douto Plenário, em defesa do povo do Oeste do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 559-30

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Mário Pereira, solicitando a contratação da ponte sobre o Rio Ivaí, ligando os Municípios de Grandes Rios e Jardim Alegre. REQUER ainda, que do presente sejam cientificados os Senhores Prefeitos Municipais e Vereadores, bem como os Presidentes dos Diretórios Municipais do P.M.D.B. dos Municípios de Grandes Rios, Rosário do Ivaí e Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(a) EDSON SILVA LINO

#### JUSTIFICATIVA:

A Sede da Região Administrativa do Estado a que pertencem os Municípios de Grandes Rios, Rosário do Ivaí e Jardim Alegre, é Ivaiporã.

Lá, estão sediados Núcleos Regionais dos mais importantes setores administrativos, como a Educação, Saúde, Agricultura, além de órgãos governamentais como o ITCF (Instituto de Terras, Cartografia e Florestas), Companhia de Polícia, setores dos quais a população não pode prescindir.

A existência de uma ponte ligando Grandes Rios a Jardim Alegre encurtaria em 50 Km aproximadamente, o acesso dos municípios circunvizinhos à sede administrativa, constituindo-se fator preponderante para a integração social e econômica do Vale do Ivaí.

O econômico e o social, caminhando ombro a ombro, formam o sentido verdadeiro do progresso democrático, pois fortalece o Estado, como consequência do fortalecimento do Homem.

#### REQUERIMENTO N° 559-38

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, seja informado o número de servidores estatutários, comissionados, celetistas, adidos, inativos e pensionistas existentes nos quadros da Assembléia Legislativa do Paraná, constando o nome, data e forma de admissão, remuneração recebida no mês de março de 1991 e local de lotação.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(aa) ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Intensos e antigos são os boatos a respeito da existência de funcionários fantasmas na Casa, trazendo imensurável desgaste deste Parlamento junto à opinião pública, que abomina - e com razão - esta prática.

No sentido de esclarecer de vez esta questão, através da transparência do que se passa na Casa, solicitamos o fornecimento de relação minuciosa dos servidores existentes nos quadros da Assembléia Legislativa, informações que, em nada existindo de abusivo na contratação de pessoal, não vislumbramos óbice alguma ao seu fornecimento.

É oportuno esclarecer, também, não ser pretensão nossa simplesmente das transparência desse fator, mas também conhecer a estrutura funcional do Poder Legislativo paranaense de forma a contribuir efetivamente na discussão do Plano de Carreira da Assembléia Legislativa preconizado no artigo 39 da Constituição da República e no artigo 33 da Constituição do Estado do Paraná.

Cremos, pois, no pronto atendimento de parte da Mesa da Casa.

#### REQUERIMENTO N° 559-39

Senhor Presidente.

Os Deputados, que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, seja informado o número de veículos automotores pertencentes à Assembléia Legislativa do Paraná, constando, individualmente, a marca, modelo, ano de fabricação, número do chassi, placa de identificação e respectiva lotação.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(aa) ERNANI PUDELL,

DOCTOR ROSINHA e

OVÍDIO CONSTANTINO.

Apoiamento: Paulo Maia.

#### JUSTIFICATIVA:

Os políticos em geral, já os ouvimos exaustivamente, vem decaindo paulatinamente na credibilidade junto à opinião pública. O Poder Legislativo, reconhecidamente

a caixa de ressonância dos anseios da população, é hoje talvez o mais desgastado. Isto se evidencia com mais força, a partir do resultado das eleições de 1990, onde o número de votos nulos e em branco principalmente para os cargos legislativos deixaram um misto de espanto e incompreensão entre os detentores de cargos eletivos.

Este fator talvez já tenha sido absorvido no inconsciente de muitos ilustres Pares, caindo talvez no esquecimento, ou anestesiado pela própria estrutura que o Legislativo nos oferece.

Devemos pois, objetivando, resgatar a credibilidade e a legitimidade de todos quantos nesta Assembléia têm assento - e da própria instituição - para a defesa dos reais interesses do povo do Paraná, especialmente da sofrida e espoliada classe trabalhadora, incrementar medidas concretas no sentido de dar plena transparência não só aos nossos atos individualmente, mas também a tudo quanto se dê no Poder Legislativo Estadual.

Julgamos conveniente salientar que, afora as preocupações retro, pretende a Bancada do Partido dos Trabalhadores apresentar proposição visando a regulamentação do uso dos veículos oficiais da Assembléia, motivo pela qual se faz necessário, também, conhecer a realidade no aspecto abordado.

Neste sentido, contamos com a sensibilidade dos ilustres Pares, e com o pronto atendimento do presente.

#### Indicação:

##### INDICAÇÃO

##### INDICAÇÕES PARA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXTERNA - IAPAR

Através de contato com Líderes partidários a citada Comissão será composta pelos seguintes Senhores Parlamentares:

- 01 - EMÍLIA BELINATI - PDT
- 02 - COLOMBINO GRASSANO - PL
- 03 - PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO - PFL
- 04 - SEVERINO FÉLIX PESSOA - PMDB
- 05 - HEINZ GEORG HERWIG - PSDB

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### Projeto de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 024/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1° - As dependências do Edifício Tancredo Neves, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, serão destinadas aos Gabinetes dos Deputados e das Lideranças dos Partidos com representação na Assembléia Legislativa.

Parágrafo Único - Fica facultado à Me-

sa Executiva da Assembléia, instalar ou manter neste edifício, a gráfica, a telefonia, o serviço de xerox.

Art. 2° - O Deputado Estadual em exercício de mandato eletivo, terá direito a um (1) gabinete parlamentar, podendo acumular mais um (1) gabinete somente o Deputado que desempenhar a função de líder de Bloco Parlamentar ou bancada partidária.

Art. 3° - A distribuição dos gabinetes se fará mediante sorteio no início de cada legislatura, sendo o sorteio realizado às 10 horas do dia em que os Deputados tomarem posse.

Art. 4° - As bancadas ou blocos parlamentares, mediante documento subscrito por todos os seus integrantes, poderão solicitar a instalação de seus respectivos Deputados nos gabinetes de um mesmo andar do edifício, incluso o gabinete de liderança, desde que haja disponibilidade para tal.

Parágrafo Único - Havendo tal possibilidade, o sorteio se fará no referido andar, somente entre os componentes do bloco ou bancada.

Art. 5° - A Mesa Executiva da Assembléia providenciará até o dia 15 de julho de 1991, a remarcação de área de todos os gabinetes do Edifício Tancredo Neves, fazendo com que retornem à condição do projeto original, quando de sua inauguração com 8 (oito) gabinetes em cada andar.

Parágrafo Único - A Mesa Executiva da Assembléia tomará as providências necessárias para garantir até o dia 20 de julho de 1991, a instalação de todos os Deputados e líderes de bancada ou bloco parlamentar nas dependências do Edifício Tancredo Neves.

Art. 6° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(aa) ERNANI PUDELL,  
OVÍDIO CONSTANTINO e  
DOUTOR ROSINHA.

Apoiamento: Paulo Maia e Cezar Silvestri.

#### JUSTIFICATIVA:

O Edifício Tancredo Neves abriga dentro de si atualmente serviços que nada tem a ver com o desempenho das funções legislativas, a saber: Barbearia, Associação de Senhoras de Deputados, Gabinete Odontológico, Consultório Médico e UPI. Ao mesmo tempo em que faltam gabinetes para Deputados e lideranças partidárias que precisam de espaço físico, com condições de trabalho, para desenvolver as atividades decorrentes da função parlamentar.

Paralelamente a isto, o prédio da Administração exhibe espaços ociosos que poderiam ser destinados para os serviços citados acima, liberando os gabinetes do Edifício Tancredo Neves para o uso a que se destina este projeto de resolução.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 100/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao CORONEL CÂNDIDO ALVES DE SOUZA.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

## JUSTIFICATIVA:

Ao apresentar à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa o presente projeto de lei que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao CORONEL CÂNDIDO ALVES DE SOUZA, estou propondo que se realize um ato de justiça e reconhecimento a um ilustre brasileiro, nascido no vibrante Estado da Bahia, mas há muitos anos radicado no Paraná, onde como militar brilhante, instrutor competente, professor emérito e como assessor de vários Governadores, prestou inúmeros e relevantes serviços às comunidades curitibana e paranaense, como muito bem demonstra o seu "curriculum vitae" que vai em anexo, como parte integrante deste projeto, e por onde se vê que, afinal, poucos homens públicos tiveram tanta dedicação a serviço do nosso Estado.

Pelas considerações expostas, espero dos nobres Pares desta Casa, o devido e total apoio e a final aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 25.03.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

## CURRICULUM VITAE

## 1. DADOS PESSOAIS

Nome: CÂNDIDO ALVES DE SOUZA

Data de Nascimento: 22 de outubro de 1.935

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Rio de Contas - Bahia

Estado Civil: Casado

Filiação: Sinfrônio Alves de Souza

Maria Cândida de Souza

1.1 Endereço residencial: Praça Santos Andrade, 37 - Ala B.

Ap 102 - Centro

80.030 - Curitiba - PR

Fone: (041) 223-7250

## 1.2 Documentação:

Carteira de Identidade: 223.393

CPF: 112030489-04

## 2. FORMAÇÃO ESCOLAR

Primário: Grupo Escolar Rui Barbosa

Rio de Contas - Bahia

Colegial: Colégio Estadual José Bonifácio

## Paranaguá - Paraná

Superior: Escola de Educação Física da Força Pública São Paulo; Universidade Católica do Paraná - Curso de Direito; Bacharel em: Educação Física e Direito.

## 3. CURSOS DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL.

- Aos 19 anos ingressou no Corpo de Bombeiros do Paraná, onde seguiu a carreira.

## 4. CURSOS MILITARES

- Formação de Oficial da Polícia Militar
- Curso de Combate a Incêndios Florestais
- Curso de Combate a Incêndios de Navios - Marinha Brasileira no Rio de Janeiro
- Curso de Guarda Vidas
- Curso de Esgrima - São Paulo
- Curso de Defesa Pessoal - Polícia Militar de São Paulo
- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais na Academia Policial Militar do Guatupê
- Curso de Judô Agurtico e Salvamentos

## 3.2 CURSOS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA FORÇA PÚBLICA - SP

- Curso de Ginástica Geriontológica
- Curso de Educação Física Infantil
- Curso de Educação Física Recreativa
- Curso de Arbitragem
- Curso de Controle de Trânsito
- Curso de Ginástica Escolar
- Curso de Mestre Arrais Amador
- Marinha do Brasil - Pnaguá
- Curso de Ginástica em Aparelhos

## 3.3 OUTROS CURSOS

- Curso de Pós-Graduação - Ministério Público - Palácio da Justiça. Curitiba-PR
- Curso de Administração Pública

## 3.4 - CURSOS MINISTRADOS

- Formação de Guarda Vidas no Corpo de Bombeiros - PMPR
- Formação de Guarda Vidas no Corpo de Bombeiros Belém do Pará
- Instrutor na Corporação em que serve de outras atividades
- Instrutor na Academia Policial Militar do Guatupê no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais a cerca de 10 anos
- Professor no Colégio da Polícia Militar do Paraná por mais de 10 anos

## 4. FUNÇÕES MILITARES

- Comandante do Corpo de Adestramento do Corpo de Bombeiros da PMPR
- Chefe do Departamento de Extintores do Corpo de Bombeiros
- Subcomandante do Grupo de Buscas e Salvamentos do Corpo de Bombeiros
- Comandante de Operações Praias do Corpo de Bombeiros no litoral do Paraná
- Nos anos de 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969 e 1979, é um dos fundadores e

aperfeiçoadores do Corpo de Guarda Vidas do Corpo de Bombeiros do Paraná  
- Comandante no 1º Subgrupamento de Bombeiros de Paranaguá

#### 4.1 CARGOS FORA DA CORPORAÇÃO

- Chefe de Segurança do Palácio Iguazu  
- Chefe de Segurança dos Governadores Leon Peres, Pedro Viriato Parigot de Souza, Jayme Canet Júnior.  
- Chefe de Segurança e Coordenador de Segurança da Campanha de José Richa e Álvaro Dias  
- Subchefe da Casa Militar do Governo José Richa.

PROJETO DE LEI Nº 101/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada "Aristides Bonifácio" o contorno sul de Marialva, BR-376, Km 192 à 199, que liga o trecho Maringá a Mandaguari.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Filho de Conrado Bonifácio e Maria Massineo, Aristides Bonifácio nasceu em 30/04/1926, faleceu em 01/11/1979. Residiu na Estrada Sarandi Km 11 Distrito de Santa Fé.

A personalidade de Aristide Bonifácio foi das mais marcantes no pioneirismo e desenvolvimento da região de Marialva.

PROJETO DE LEI Nº 102/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Profissionais dos Órgãos de Comunicação Social de Toledo" - ATI, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) DUÍLIO GENARI

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, vem prestando relevantes serviços à comunidade toledana.

Nada mais justo, que além do reconhecimento a nível do Município, este Parlamento, também se manifeste aprovando o Projeto de Lei em tela no âmbito Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 103/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Assistência Social Evangélica Betânia (ASSEB), com sede e foro na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(aa) JOÃO IENSEN

DUÍLIO GENARI

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade Assistencial Social Evangélica Betânia "ASSEB", que ora pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi instituída pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Toledo, em 14 de maio de 1979.

A "ASSEB", é pessoa jurídica de direito privado, não tem fins lucrativos, sendo seu caráter social, eminentemente, benéfico, cultural e educacional.

A "ASSEB", promove o atendimento social, benéfico, cultural e educacional, a qualquer pessoa independentemente da sua raça, cor, condição social, credo religioso ou político, orientando suas atividades dentro dos princípios cristãos.

Além das finalidades acima enumeradas, a ASSEB, tem ainda por objetivo, promover, organizar e manter, entidades tais como: creches, casas-lar, escolas, núcleos de Assistência Social, centro de recuperação e asilos, destinados ao atendimento do menor e do adulto carente, do deficiente físico e do idoso.

Para o cumprimento de seus objetivos e da manutenção de sua filosofia de trabalho, a ASSEB, integra e mantém estreita cooperação com a Confederação Evangélica de Assistência Social do Paraná.

Pelos fatos de tanta relevância, acima expostos, estamos certos de contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente plano de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 104/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Missionária de Assistência Social "Reverendo Darcy Miranda Gonçalves", com sede e foro na cidade de Toledo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.91.

(a) DUÍLIO GENARI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem por objeto declarar de Utilidade Pública a Associação Missionária de Assistência Social "Reverendo Darcy Miranda Gonçalves", com sede

na cidade de Toledo.

Fundada em 16 de novembro de 1981, é uma entidade com personalidade jurídica, de natureza assistencial, educacional e filantrópica, sem fins lucrativos. Tem por finalidade: promover o bem-estar social, administrar obras, serviços e centros comunitários, aperfeiçoamento da orientação vocacional e profissionalizante, e, combater os males, sem discriminação de credo religioso, político ou nacionalidade.

A referida associação foi declarada de utilidade pública em âmbito municipal pela Lei n. 1508/89 em 08 de junho de 1989.

Pelas razões acima expostas e pelo testemunho pessoal, pois conheço a citada Associação desde a sua fundação e seu trabalho comunitário de grande alcance social, solicito o apoio dos nobres Deputados.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero usar desta tribuna para uma séria denúncia, para conhecimento desta Casa de Leis, dos Senhores Deputados, e o assunto é ameaça de morte ao Prefeito José Maria Tardim, de São João do Triunfo.

Fatos estranhos vêm ocorrendo no município São João do Triunfo, nos últimos dias. A população após denúncias pela imprensa, após prisão de membros componentes de uma quadrilha de roubos de carros, prisão de um e morte de um segundo, no momento da prisão, por resistir à prisão, esta população se sentindo ameaçada, porque as origens desta quadrilha, se dava em São João do Triunfo. Apurou-se por denúncias, por boatos da população e por fatos depois concretizados de que o Delegado de Polícia do município de São João do Triunfo, Senhor Fioravante Gasparello, o cabo Moacir da Polícia Militar, a irmã do Delegado que é proprietária de uma revenda de automóveis usados na cidade, e um irmão do Delegado.

Há suspeitas também sobre envolvimento de um Vereador da cidade, chamado Gilson de Almeida. A população procura o Prefeito Municipal, pedindo soluções, porque membros da quadrilha estavam envolvidos, inclusive, com amizades profundas com o Delegado de Polícia, e esse Delegado num programa na imprensa, diz: que não ... apenas havia visto o bandido uma duas ou três vezes. No entanto, a comunidade sabe que são amigos.

Após a alegação de que era amigo do Delegado, os veículos recuperados de pessoas humildes que haviam comprado esses veículos, inclusive, da vendedora irmã do Delegado, foram resgatados de volta, cinco ou seis veículos, estão comprovados e testemunhas deram depoimento perante o Secretário de Segurança Pública.

No dia ... com esses fatos ocorridos no município, o Prefeito foi procurado pela população para tomar providências quanto a insegurança da população.

No dia 22 último o Prefeito José Maria Tardim, sensibilizado com a procura da população denuncia ao Secretário de Segurança do Estado, Dr. Favette, com a nossa presença e com a presença de mais dois Deputados Federais e mais um colega de bancada Dr. Rosinha, denuncia ao Secretário todo o acontecido com a presença de testemunhas enroladas neste ato das vendas de carros, pela irmã do Delegado, e há também suspeitas de que o sítio de um irmão do Delegado, era o cemitério ou o local de transfusão de peças, pinturas, e assim por diante, de "maquiagem" dos carros roubados.

O Secretário de Segurança, na nossa presença, tomou medidas no momento da suspensão dos trabalhos do delegado, e da nomeação de um delegado especial para o fato.

Após esta denúncia na imprensa e pelo Secretário de Segurança, o Prefeito recebe pelo delegado local, também pelo ladrão preso, um tal de "Luizão" e pelo delegado de São Mateus do Sul, recebe intimidação e ameaça de morte, pelo fato denunciado pela imprensa do Paraná.

Depois disto, fatos estranhos ocorrem em São João do Triunfo. Uma invasão, à noite, no hospital municipal de São João do Triunfo. Foi determinado, no dia seguinte, aparelhos, material cirúrgico contaminado no hospital, por pessoas que à noite foram ... Para concluir, Senhor Presidente. E esta contaminação foi vista a tempo pela equipe médica.

Estas ameaças acontecem após o final do ano passado, o Prefeito ter registrado na delegacia de polícia, uma invasão, um roubo de documentos na Prefeitura, e que agora, os denunciados envolvidos nesta quadrilha, com inclusive o Vereador suspeito de envolvimento, apresentam na Câmara de Vereadores, o pedido de "impeachment" ao Prefeito, que será votado amanhã, às cinco horas da tarde na Câmara de Vereadores São João do Triunfo.

Esta administração vem sendo referendada pelo povo do município. A população está satisfeita com a administração do Prefeito Municipal, tanto é que um programa de eletrificação rural, criado naquela Prefeitura está sendo exemplo para o Paraná. Inclusive, a COPEL está estudando, conforme notícias da imprensa do dia vinte e sete, para implantar no Estado todo, com 60% de redução de custos. Além dos resultados eleitorais ocorridos no Município, que dão sustentação e apoio ao trabalho do Prefeito.

Nós queremos denunciar isto, nesta As-



sembléia. Nós queremos que os resultados deste "impeachment" amanhã, na Câmara, seja acompanhado. E, inclusive, convidamos os Deputados a participarem, na medida do possível, a presenciarem este ato, e comprovarem com a população de São João do Triunfo, a transparência da administração municipal, que inclusive só trazem, agora, com denúncias na imprensa, que se suspeita, porque membros da imprensa, radialistas, inclusive desta Casa, que com parcialidade denunciam o fato de São João do Triunfo, nós queremos que a comunidade do Paraná saiba da verdade, da realidade daquele Município, e que estas ameaças de morte, por esta quadrilha, envolvendo autoridades do Município, seja realmente revelada pelo delegado especial, que está lá no município para averiguar os fatos.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Apenas para deixar bem claro e contestar o que disse o Deputado Ovídio Constantino, a imprensa do Paraná se baseia em fatos que a ela chegam ao conhecimento. De forma alguma ela age com parcialidade. E sim com imparcialidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Albino Corazza Neto.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados; estamos ocupando, mais uma vez esta tribuna, para trazer à apreciação dos nobres colegas, uma tomada de posição a respeito da segurança.

Nós sabemos que o oeste do Paraná, fronteira com o vizinho país do Paraguai tem problemas muito sérios na área de segurança pública.

Já ouvimos, nesta Casa, colegas se pronunciando, solicitando providências das autoridades competentes. Queremos reforçar tudo o que já se solicitou, nesta Casa, e pelas representações políticas, comunitárias da região oeste do Paraná.

Estamos apresentando um requerimento solicitando medidas urgentes e definitivas para a segurança no lado de Itaipu e rodovias paranaenses, que seja encaminhado expediente ao Governador do Estado, ao Secretário da Segurança Pública, ao Secretário dos Transportes e inclusive ao Secretário de Esportes e Turismo, para que as autoridades estaduais possam discutir juntamente com as lideranças políticas, empresariais e comunitárias uma solução definitiva com a crucial situação da Segurança Pública no Oeste do Paraná.

Queremos que as autoridades estaduais possam discutir com a AMOP, Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, com a

ACAMOP, Associação das Câmaras Municipais, com a Associação dos Municípios que la-deiam o lago de Itaipu, com a CACIOPAR, a Coordenadoria das Associações Comerciais do Oeste do Paraná e com o Núcleo Regional dos Sindicatos Rurais, porque entendemos que há necessidade de uma ação conjunta das lideranças regionais com as autoridades estaduais, e que se possa envolver também na discussão de uma solução definitiva, as autoridades federais, como a Polícia Federal e o Ministério das Relações Exteriores; porque sabemos que de nada adianta o Paraná querer manter a segurança na fronteira se não houver um acordo e uma colaboração do país vizinho.

Nós sabemos que no mês de março mais de treze ônibus intermunicipais foram assaltados nas rodovias do Oeste do Paraná. Caminhoneiros semanalmente são assaltados e muitos deles perdem a vida. Os municípios vizinhos do lago de Itaipu, Santa Helena, Marechal Rondon, Guaíra, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu e Foz do Iguaçu, quase diariamente são surpreendidos pelos assaltos violentos, inclusive com seqüestros, com roubos de caminhões, de máquinas agrícolas e de veículos.

Queremos que este problema seja discutido com profundidade e uma solução definitiva seja encontrada, porque o Oeste do Paraná já está cansado de pedir segurança pública, já estão cansados os Prefeitos Municipais que vêm a Curitiba, que convocam o Secretário para vir ao Oeste do Paraná e soluções paliativas que não resolvem o problema se arrastam durante os meses, durante os anos e durante os mandatos dos governantes estaduais e municipais. Temos certeza que é uma questão de justiça o cidadão, o homem que trabalha na terra, no comércio, na indústria, todo o cidadão que trabalha, a família do Oeste do Paraná merece ter segurança para trabalhar tranquilamente e construir o seu futuro naquela região. A riqueza do Oeste, o seu potencial agrícola-econômico, que contribui com os cofres públicos, merece o retorno do Poder Público. Temos certeza de que juntos, inclusive os Deputados colegas do Oeste do Paraná, participando, cobrando e dando sugestões, poderemos encontrar uma solução prática de tal forma que a população do Oeste tenha a certeza que os seus representantes ... Para concluir Senhor Presidente ... e correspondendo a confiança que receberam nas urnas. Concedo o aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Dobrandino da Silva - A questão levantada por Vossa Excelência realmente merece a atenção de todos os Deputados desta Casa. É o que nos preocupa mais na Região de Fronteira. Como Deputado de Foz do Iguaçu, temos sentido que esta questão

hoje merece a principal atenção dos Governantes e da Secretaria de Segurança do Estado. Hoje tive o prazer de ouvir do Chefe da Casa Civil, nosso colega Caíto Quintana, que esta é uma das prioridades do Governo.

O turismo em Foz do Iguaçu já diminuiu mais de 50%, porque a maioria, ou seja, a metade dos ônibus de turismo que vão a Foz do Iguaçu, são assaltados na região entre Londrina e Foz do Iguaçu.

Então é realmente uma questão que merece a atenção de todos nós e gostaria que todos os Deputados ajudassem no sentido de que sejam tomadas providências para que esta questão se não resolvida, seja amenizada em parte.

V. Exa. tem razão e tem nosso apoio. Muito obrigado.

O SR. ALBINO CORAZZA - Agradeço o aparte do nobre colega e, como V. Exa. bem diz, não é apenas um problema de segurança, mas a imagem do Paraná, a diminuição das divisas que são conseguidas através de turistas que percorrem e visitam a região e deixam aqui retorno e divisas para este Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O artigo 5º, talvez o principal artigo da Constituição Federal, diz que "todos são iguais perante a lei".

É um dispositivo sábio, uma conquista histórica da humanidade e que caberia, talvez em primeira instância, o respeito, o resguardo a este enunciado pelas Casas Legislativas que são, certamente, o pilar maior e mais importante de sustentação dos regimes democráticos.

As Casas Legislativas, de um modo geral, deveriam dar o exemplo, já pela sua própria organização interna, criando sempre regras gerais e impessoais, que não permitissem qualquer tipo de discriminação. Dar o exemplo no enunciado destas regras. Fundamentalmente assegurando a igualdade e permitindo o acesso igualitário a todos os seus integrantes aos serviços e equipamentos da Casa.

Para lembrar, Srs. Deputados, no dia 06 de fevereiro deste ano, no início da Legislatura, o gabinete onde estava instalada a Liderança do PT nesta Casa foi invadido por seguranças, foi violado, foi impedido o acesso aos servidores, aos funcionários da liderança naquele gabinete e, o que é pior, fomos despejados do gabinete.

Diante da gravidade da situação, inadmissível numa Casa Legislativa que se pretende ser o pilar maior da democracia, encaminhamos um requerimento à Presidência desta Casa solicitando informações sobre o ocorrido, solicitando enérgicas providências e, principalmente, reivindicávamos o direito de ter, como todos os demais, um gabinete destinado à Liderança nesta Casa.

Decorridos 60 dias, hoje exatamente, nós não obtivemos resposta nenhuma do requerimento por nós formulado. Inclusive pedimos informações sobre a distribuição de gabinetes, quais os critérios, área, para que nós pudéssemos instruir, finalmente um projeto de resolução interna, e até esse momento não obtivemos resposta.

Esse é o respeito que tem a Bancada do Partido dos Trabalhadores nessa Casa, e eu lembro ontem que um Deputado aqui nos questionava alegando que nós não tínhamos respeito pela Mesa da Casa, lembro até que S. Exa. o Presidente dizia que nós estávamos aqui para bagunçar. Agora, eu faço uma indagação, é possível uma Casa de Leis onde não exista, pelo menos, um regulamento que determine o critério de distribuição de gabinetes de forma igualitária? Ou nós vamos eternamente ficar submetidos à vontade de um imperador que está acima de todos nós. Esta Casa fundamentalmente tem em sua essência, em sua essência esta Casa tem que preservar as decisões coletivas, colegiadas, fruto da síntese e do debate de todos nós aqui, jamais esta Casa pode ser dirigida com absolutismo. Diante disto nós estamos hoje, o Partido dos Trabalhadores pedindo o apoio dos Srs. Deputados a um projeto de resolução interna para disciplinar a distribuição dos Gabinetes. Temos que fazer uma autêntica reforma agrária nesta Casa. Reforma agrária sim, Senhores, porque infelizmente aqui eu tenho um levantamento...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Deputado, o Sr. me concede um aparte para um curto esclarecimento? É rápido.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Não cabe aparte no Pequeno Expediente.

SR. ERNANI PUDELL - Nós temos, por exemplo, nós temos aqui no Edifício Tancredo Neves funcionando uma barbearia, Associação de Senhoras que muito bem caberia num álbum de fotografia as atividades daquela entidade. Temos gabinete dentário, gabinete médico, UPI, União Parlamentar Interestadual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Concedo o expediente destinado ao PT a V. Exa.

O SR. ERNANI PUDELL - Muito obrigado!

UPI, União Parlamentar Interestadual que segundo nos consta sequer tem mais a sua presidência situada nesta Casa.

Então Srs. Deputados, nós entendemos que chegou o momento de todos nós começarmos a regulamentar o uso de todos os equipamentos e serviços que tem nesta Casa, usando como princípio elementar e constitucional a igualdade perante a lei, nós do Partido dos Trabalhadores estamos, apenas, aqui hoje, pedindo há mais de dois meses uma sala para instalar a nossa Liderança. Enquanto temos aqui felizmente, gabinetes com dois, dois e meio, alguns Deputados com dois Gabinetes, com área muito superior a nossa. Fizemos um levantamento apenas exemplificativo, o PMDB, por exemplo, tem 23 gabinetes, os maiores, muitos dos maiores.

O Sr. Dirceu Manfrinato - V. Exa me concede um aparte uma vez que V. Exa. utiliza o Horário da Liderança do seu Partido?

O SR. ERNANI PUDELL - Com todo prazer.

O Sr. Dirceu Manfrinato - V. Exa. fez uma denúncia que eu gostaria, inclusive, de conhecer mais profundamente, e é uma denúncia grave quando V. Exa. afirmou que foi violentado pelos Seguranças da Assembléia?

O SR. ERNANI PUDELL - Violado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Então V. Exa. não colocou bem.  
Muito obrigado!

O Sr. Antônio Annibelli - V. Exa. me permite um aparte?  
(Assentimento)

Eu apenas gostaria de fazer um reparo no vosso discurso, quando V. Exa. reclama da invasão do Gabinete do PT eu não tenho nada com isso, apenas quando fui Presidente desta Casa o Gabinete reservado ao PT era ao lado da Capela, o Deputado Tonelli na sua humildade aceitava aquele Gabinete, inclusive faz divisa com aquela porta de vidro que separa o prédio antigo do corredor da Capela, e lá era um local especial porque ali tinha propaganda nas janelas de vidro da divisória do Gabinete do PT que era o melhor local de propaganda nesta Casa.

Quanto ao gabinete da Associação das Senhoras, que apenas V. Exa. diz que serve para ter fotografia, V. Exa. não conhece esta Casa. A Associação das Senhoras dos Deputados foi reativada quando fui Presidente, e graças a Deus, e modéstia à parte, foi muito bem presidida pela minha esposa. Foi feita a assistência social atra-

vés da Associação das Senhoras dos Deputados que dá de dez a zero na assistência feita pelo PT, pelo Deputado Pedro Tonelli, que se negava a receber verba e dar verbas, como cadeira de rodas, cobertores, para minimizar o sofrimento da gente mais pobre, mais humilde.

E lá, depois presidida por Dona Niva Sabóia Khury, continua fazendo promoções em que todos os Deputados, e lá através da Associação dos Senhores Deputados foi feita uma amizade na legislatura passada, maravilhosa e que, as nossas rivalidades aqui de dentro do Plenário, lá nos jantares e nas promoções sempre com fins filantrópicos, atingiram o ideal, fazendo doações ao hospital do câncer, entidades de todos os tipos, entidades que solicitavam à nossa Assembléia.

(Vozes paralelas)

Eu peço a V. Exa. que tenha mais um minuto de paciência, a UPI continuou funcionando, porque se V. Exa. não sabe, este Deputado que lhe aparteia, é vice-presidente da União Parlamentar Interestadual, para honra da nossa Assembléia, que tinha no Deputado Luiz Alberto, o grande presidente, presidente emérito da União Parlamentar Interestadual, homenageado por todas as Assembléias do Brasil, e coube pelo grande trabalho de Luiz Alberto, coube a nós uma homenagem à vice-presidência, e quiseram nossos Pares que eu fosse o indicado.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu agradeço os apartes dos ilustres Deputados e vejo que todos os argumentos nenhum deles sequer arranhou os argumentos básicos por mim colocados aqui na defesa do projeto de regulamentação do uso dos gabinetes nesta Casa.

Ninguém aqui disse que não deva a Associação das Esposas dos Deputados ter um local; muito menos que sua atividade não seja relevante. Agora, o que nós não podemos admitir, e eu tenho certeza que o ilustre Deputado Annibelli há de convir comigo, Deputado Manfrinato também, é que a atividade principal desta Casa, atividade legislativa, nas suas lideranças, por exemplo, o nosso Partido tem todo o seu trabalho de assessoria concentrado no trabalho de liderança. Nós precisamos de um local adequado para desenvolver a nossa atividade parlamentar. Não é possível que, nós não tenhamos direito a ter um gabinete igual ao dos outros. Não estamos pedindo favores nenhum, privilégios alguns pedimos aqui alguma vez nesta Casa. Pedimos apenas igualdade.

O Sr. Dirceu Manfrinato - V. Exa. me concede um aparte, só para concluir o ra-

ciocínio de V. Exa.?

O SR. ERNANI PUDELL - Em seguida.

Deputado, apenas respondendo, pode ir lá no gabinete, que segundo V. Exa. estava destinado para nós, e veja se ele tem condições.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu não entendi.

V. Exa. afirmou que invadiram o gabinete de V. Exa.?

O SR. ERNANI PUDELL - Houve invasão. Estavam todos os documentos, pertences da Bancada do Partido dos Trabalhadores, no gabinete que era do Deputado Pedro Tonelli, e eles foram sumária e arbitrariamente retirados daquele local e colocados em outro local, sem prévia comunicação.

Permite-me concluir? O que houve foi uma discriminação da maior gravidade, porque nós não estamos aqui para remoer assuntos do passado. Nós estamos aqui propondo, esgotadas todas as tentativas de obter uma solução negociável, uma solução de bom senso, estamos aqui propondo que esta Casa adote uma medida em regime de urgência, um projeto de regulamentação.

(Vozes paralelas)

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu gostaria de saber de V. Exa. se invadiram o gabinete de V. Exa.?

É isto?

O SR. ERNANI PUDELL - Exatamente. E era produtivo. Nós somos a favor de áreas improdutivas.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência veja a contradição: vocês são os principais instigadores de invasão de terras no Brasil e no Paraná e Vossa Excelência agora, vem reclamar porque invadiram o gabinete!

O SR. ERNANI PUDELL - Nobre Deputado Manfrinato: nós sempre defendemos a ocupação de áreas improdutivas. Nós, talvez, tenhamos que tomar uma atitude radical se nada for solucionado e vamos ocupar alguns gabinetes ....

O Sr. Dirceu Manfrinato - O que vocês pregam não é realidade. Porque quando mexe no bolso de vocês, então, são contra esse tipo de ideologia.

O SR. ERNANI PUDELL - ... porque pode ter certeza, nobre Deputado, de que os gabinetes do PT funcionam muito bem.

Eu, para concluir, quero fazer aqui um apelo: trouxe esses fatos para os Senhores apenas para lembrar o grau de discriminação que nós sofremos.

Nós do Partido dos Trabalhadores jamais nós calariamos contra qualquer discriminação que fosse cometida a qualquer um dos nossos Pares aqui, não importando qual a posição política, porque nós entendemos que o que está em jogo aqui é o princípio da igualdade, do respeito que todos nós merecemos. É por isso que nós fizemos um apelo até para que fatos desta natureza não se repitam, para que não fiquemos, a partir de agora, submetidos a retaliações de atuais ou eventuais ocupantes das direções desta Casa. Vamos fazer o que é a nossa função básica: criar uma regra geral, universal, igualitária para todos nós aqui com acesso nos gabinetes iguais a todos os Deputados. Apenas estamos pedindo isso: que não sejamos discriminados e que recebamos um tratamento de respeito e igualdade a isso, infelizmente, apenas agora, a este Plenário.

Era isso e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa quer esclarecer alguns pontos abordados pelo Deputado Ernani Pudell.

O Gabinete da Liderança do Deputado Pedro Tonelli continua, apenas o Deputado Ernani Pudell, talvez por ser um homem de mais cultura, queira um gabinete mais amplo. E coube ao Deputado invadir um gabinete, além dos três gabinetes destinados a cada um dos Senhores Deputados do PT com duas máquinas eletrônicas novas, além das máquinas já existentes, e todo material do expediente da Assembléia.

Agora, eu quero dizer ao Deputado Ernani Pudell que, enquanto eu for Presidente da Casa, ameaça de Vossa Excelência não vai surtir efeito. Vossa Excelência se invadir qualquer gabinete será despejado.

Concedo a palavra ao Senhor Florisvaldo Fier. (Dr. Rosinha).

O SR. FLORISVALDO FIER - (Dr. Rosinha) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores não exige nenhum gabinete mais amplo, cada um de nós temos um gabinete, o que nós exigimos é um Gabinete da Liderança como todos os demais Partidos têm; e isso é possível porque nós sabemos que existem Deputados que têm dois gabinetes só por ser da Liderança. Podemos, se for o caso, dar os nomes desses Deputados, mas acreditamos que não é necessário.

Quanto à questão de ter o material de trabalho, como disse o Presidente desta Casa, é o mínimo que tem a cada um. Eu acho que, se nós temos duas máquinas de escrever novas, é direito de que todos o tenham; se cada um tem direito a ter gabinete, então, que todos o tenham. A nossa proposta é de, no prédio do Edifício Tancredo Neves, verificar o número de gabinetes

tes que tem, o número de Parlamentares que tem e dividir igualitariamente estes gabinetes.

Quanto à questão de que se nós vamos invadir ou ocupar e que terá despejo, eu acho que era bom despejar alguns que ocuparam gabinetes indevidamente como já têm nesta Casa, Deputados que teriam direito a um e têm dois. Então, esperamos que a Presidência tenha a mesma postura em relação aos demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Porque nenhum Deputado ameaçou invadir gabinete, só o Deputado Ernani Pudell.

O SR. FLORISVALDO FIER - O nobre Deputado Ernani Pudell, meu companheiro de Bancada, ameaçou, mas outros Deputados já invadiram, nem ameaçaram. Estamos cobrando a mesma posição que têm os demais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O PT não gosta de direito hereditário, mas aqui, infelizmente, nós adotamos o direito hereditário.

O SR. FLORISVALDO FIER - Então queremos que se cobre imposto sobre hereditariedade (?) e que cada um contribua para que o PT tenha o seu gabinete, tomando de cada um uma sala como imposto.

A Constituição do Estado do Paraná, que eu me inscrevi foi para isto, no artigo 234 deixa muito claro que o Estado publicará anualmente no mês de março a relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidade da administração pública, direta, indireta e funcional, em cada um dos seus Poderes, indicando cargo ou função e o local do seu exercício para fins de recenseamento e controle. Este artigo 234 coloca esse tratamento igualitário aos três poderes públicos do nosso Estado. Pois bem, o Governador Roberto Requião tem repetido em diversos órgãos de imprensa que o Estado não terá condições de pagar o aumento, no mês agora, de 28,5 prometido aos servidores, que já não é um aumento; é uma pequena reposição perto das perdas. Alega o Governador que as finanças do Estado não têm condições de pagar, digo, de arcar com a folha de pagamento de abril. Portanto, é uma alegação séria. Eu acho que cabe a nós Deputados, através da Mesa da Assembléia Legislativa, solicitar ou até mesmo exigir que o Senhor Governador publique essa lista e torne pública a situação dos funcionários do Estado para que tenhamos claro qual o montante e o valor dessa folha de pagamento para ver se realmente não tem capacidade ou condição de pagamento. Eu acho que cabe essa cobrança nossa para o Poder Executivo, uma vez que somos do Poder Legislativo. E tam-

bém como deixa claro o artigo 234 essa cobrança que nós estamos fazendo através de um requerimento à Mesa para que o próprio Poder Legislativo assim aja e também publique a lista de funcionários lotados, salário e tudo o mais, para que deixe claro para a sociedade paranaense qual é a situação funcional de todos os servidores do serviço público e no caso específico nosso da Assembléia Legislativa.

Como disse meu companheiro Ernani que a Constituição brasileira no seu artigo 5º reserva que todos somos iguais perante a lei e essa igualdade para ela ser exercida é necessário que se tenha transparência, nós também entramos com um requerimento para que nos sejam fornecidos os dados a respeito da frota de automóveis da Assembléia Legislativa: a quantidade, o tipo e onde estão lotados esses veículos, porque através da transparência aí sim poderemos agir democraticamente e propor as mudanças necessárias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O viver coletivo em sociedade foi sempre a marca do homem na terra. Este querer viver coletivo constitui sucessivamente os clãs, as tribos, os povos, as cidades, os impérios e as nações. Cada um desses estágios revela um conjunto de regras costumeiras ou codificadas. No direito dos povos civilizados deu-se então o nome de Estado, a este sistema de formas institucionais pelas quais se traduz a vontade coletiva. O Estado é então uma representação coletiva definida, específica e que é a alma das instituições políticas. E porque o querer viver coletivo existe por si mesmo disse que o Estado é autônomo e porque ele se eleva acima dos indivíduos e suas expressões tomam caráter imperativo, diz-se que o Estado é soberano.

Eu faço essas considerações em função de que nós estamos vivendo uma situação bastante complicada na área da Secretaria da Segurança Pública. Vejam bem, na Declaração dos Direitos do Cidadão de 1789 e na Constituição Francesa de 1791 os conceitos de soberania e de representação política são ali consignados, pode-se dizer, como elementos insubstituíveis do Estado Moderno. Daí o Estado terá sempre em conta que o soberano é o povo e que a sua legitimação como organismo estatal depende de que seja ele representativo da soberania popular ou da sociedade organizada em quadros políticos.

Para fazer essas colocações que pretendemos fazer, Senhores Deputados, fomos

buscar subsídios em trabalho do Professor emérito Euclides de Mesquita que já emprestou o brilho de sua capacidade à Faculdade de Direito, à Universidade Federal do Paraná.

Falando sobre a "Sociedade e o Estado", coloca ele muito bem: "Onde está a soberania do povo representado? Qual o poder que detém essa soberania popular? Também a nossa Lei Maior não deixa dúvidas ao dispor no seu artigo 1º, parágrafo único: "Todo poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos".

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Senhor Governador do Estado, logo no seu início de mandato toma uma posição bastante complicada e ao que parece, talvez até mal orientado ou se desconhece esses preceitos que acabamos de expor. O que possa ter dúvidas quanto aos limites da sua atuação. Logo é difícil justificar o porquê de Sua Excelência o Governador Roberto Requião, já nos seus primeiros atos, passando por cima das leis feitas e aprovadas por este Poder Legislativo e sancionadas pelo Poder que hoje é por ele exercido. A crise que grassa no seio da até então ordeira, competente, disciplinada Instituição que é a Polícia Militar, teve origem num ato do Senhor Governador, que desconhecendo a legislação existente quanto ao preenchimento da vaga de Comandante do Corpo de Bombeiros, nomeou o oficial sem os requisitos exigidos em lei.

Não pretendemos aqui entrar no mérito do oficial PM nomeado para o cargo, ou daquele que tendo direito, deixou de ser nomeado, mas apenas colocar nossa profunda preocupação pelo ato praticado pelo Senhor Governador. Isso se constitui, sem dúvida alguma, num flagrante desrespeito aos preceitos constitucionais a este Poder, pela quebra da soberania, aqui legitimamente representada. Além disso, "a Justiça é a expressão do Direito, como o Direito a condição da ordem, como a ordem, a garantia da liberdade".

Não podemos concordar com o Senhor Secretário da Segurança Pública de que tem o Governador o direito de escolher para comandar o Corpo de Bombeiros, alguém de sua confiança, palavras ditas hoje, inclusive, em meu programa de rádio.

Existe uma lei, a Lei de Organização Básica da Polícia Militar, de 1.987, que diz: "O cargo de Comandante do Corpo de Bombeiros, será exercido por um Coronel da ativa do Corpo de Bombeiros, ou, excepcionalmente, por um Coronel da Polícia Militar" e no entanto, o Senhor Governador nomeou um Tenente-Coronel, não respeitando uma lei existente, desrespeitando a hierarquia da própria Polícia Militar e o Secretário da Segurança Pública diz que o

Governador foi eleito pelo povo do Paraná e cabe a ele indicar quem ele tenha confiança em qualquer cargo. Ora, mas existe uma lei que tem que ser respeitada: é o Estatuto da Polícia Militar que diz: "Estabelece-se as precedências hierárquicas na Polícia Militar". Então é de se perguntar se o Governador Roberto Requião, teve a maioria esmagadora do povo paranaense que o elegeu Governador, lhe daria o direito de indicar um soldado da Polícia Militar para ser o Comandante da Polícia Militar; um soldado para comandar os Oficiais da Polícia Militar. Tanto esta situação é crítica que o Clube de Oficiais da Polícia Militar entrou com um mandado de segurança que deve estar sendo julgado a esta hora aqui no Tribunal ao lado. É inconcebível que se admita que se passe por cima das leis. Já temos um Presidente que não está respeitando a Carta Maior da Nação.

Deixei bem claro aqui nos meus primeiros pronunciamentos que farei uma oposição responsável ao Governador, apoiarei nas boas medidas que vier a tomar; mas, não posso apoiar esta medida tomada pelo Sr. Governador, sob o risco de termos de rasgar a nossa Constituição Estadual que nós assinamos aqui neste plenário. Quero deixar bem claro, portanto, a minha posição contrária a esta posição tomada pelo Governador, desrespeitando a lei de organização básica da Polícia Militar, desrespeitando o Coronel que está na ativa no próprio Corpo de Bombeiros, desrespeitando também outros coronéis também na ativa da Polícia Militar e indicando um Tenente Coronel para ser Comandante do Corpo de Bombeiros. Não vou nem questionar a indicação do Coronel Capriotti como Comandante do Corpo de Bombeiros que também está irregular, aí é outro assunto. Mas, este aqui vamos cobrar, não vamos nos curvar, não vamos aceitar pacificamente e vamos fazer valer a lei, inclusive por mim assinada neste plenário na Constituição do Estado do Paraná. E nós como Parlamentares não podemos aceitar isto, não podemos admitir que o Governador do Estado num dos seus primeiros passos venha...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está inscrito no Horário do PDT.

O SR. ALGACI TÚLIO - ...venha desrespeitar o Estatuto da Polícia Militar e a Lei de organização básica da própria Polícia Militar.

É esta a minha posição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Paulo Maia com a palavra.



O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós ouvimos há pouco desta tribuna os Deputados Albino Corazza e Dobradinho levantando a preocupação quanto ao processo de segurança do Estado do Paraná.

Estivemos há poucos dias na região de Cascavel e pudemos sentir esta realidade junto às autoridades daquela cidade. A nossa preocupação é quanto à questão dos assaltos aos ônibus de turismo que trazem prejuízos ao Paraná e, obviamente, prejuízos a este País que não podem continuar acontecendo.

Mas, o mais lamentável que ouvimos naquela região, nobres Deputados, foi a denúncia de que há pessoas conhecedoras das quadrilhas organizadas que assaltam ônibus naquela região, inclusive nos levantaram uma relação de nomes que deverá ser entregue em breve ao Secretário da Segurança do Estado do Paraná. Acreditamos que o que está se passando nesta região, o que está se passando no Paraná não se pode deixar para amanhã; não se pode deixar para depois. Quem está perdendo é o Paraná. Quem está perdendo é o turismo do Paraná. Quem está tendo o seu quadro denegrido é o Paraná na sua área de turismo mais importante que é a área de Foz do Iguaçu.

Então, acreditamos que aquelas autoridades que vêm denunciando através dos órgãos de imprensa a preocupação constante com assaltos, tomem o mais breve possível a iniciativa de apresentar ao Secretário da Segurança medidas urgentes para que o Paraná não seja mais um Estado maculado pela realidade que hoje nós assistimos a cada instante a nível de Rio de Janeiro, que os turistas fogem do Rio de Janeiro a cada instante no momento em que você pega o órgão da imprensa ou liga a sua televisão, você assiste a cenas horrorosas, com relação à situação de segurança naquele Estado.

Então, acreditamos que os órgãos de imprensa, que têm denunciado aos quatro cantos do Paraná e do Brasil, essa triste realidade do Paraná, continuem denunciando e levem de fato, com a maior urgência possível essa questão ao conhecimento das autoridades competentes, para que se mobilizem coibindo esse tipo de abuso, esse tipo de covardia que se faz a quem nada deve com a desgraça que está posta a nível desse País, que isso nada mais é que fruto da desnacionalização, fruto da recessão que está imposta e a falta de emprego que leva a tudo isso, nós temos certeza.

Nós queremos levantar também nesse momento, mais uma vez a nossa preocupação; ontem nós falávamos desta Tribuna, com relação a questão do parcelamento do reajuste que teria que ser dado aos servidores públicos do Estado do Paraná, na data base

de dissídio coletivo, que seria o mês de Janeiro de 91, como aconteceu em todos os anos no Estado do Paraná.

Nós sabemos que por uma iniciativa do Governador passado, se apresentou uma proposta de reajuste parcelado e se jogou a data base para o mês de junho.

Nós não queremos profetizar, que as falas neste momento, não representem de fato a tentativa de desmobilização da categoria, que terá que receber ainda uma parcela de 28.5%. Mas que esta mesma categoria irá exigir do Governo do Estado, no mês de junho, no mês da sua data base, a negociação para reposição de perdas que estão acumuladas ao longo dos quatro anos do Governo passado. Nós não queremos profetizar que essa iniciativa de se jogar a impossibilidade do pagamento dos 28.5%, representem uma tentativa de desestabilização dos servidores públicos do Estado do Paraná. Nós acreditamos que não deverá representar por aí, a intenção do atual Governo do Paraná num primeiro confronto com os servidores públicos deste Estado. Porque neste momento nos preocupa também o que se faz a nível de governo federal, quando nós vemos aí a ameaça pelo "projeto" da tirada da estabilidade, da tirada do direito à aposentadoria, que não foi dado e ~~que não é~~ benesse de Poder Legislativo e nem de Executivo. É simplesmente o reconhecimento de um direito conquistado pela luta dos trabalhadores em todo o País, e nós temos que estar atentos e fazermos uma cruzada contra esta tentativa, do governo federal mais uma vez assaltar o servidor público deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Afonso.

(Declina)

Horário das Lideranças.

Concedo a palavra no Horário das Lideranças ao PMDB.

(Declina)

PSDB

(Declina)

PTB

(Declina)

PRN.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para pedir o apoio dos Srs. Deputados, que a minha cidade, Londrina, necessita de verbas, de dinheiro, do Governo do Estado, para implantação de abrigos e de dois terminais periféricos de transportes coletivos.

Esses abrigos e esses terminais, se-

riam para uma área da minha cidade, uma área carente, uma área sofrida e que precisa de muito apoio do Governo do Estado do Paraná, já que o Sr. Governador Roberto Requião tomou, simbolicamente, a posse nos cinco conjuntos. E a intenção do Prefeito Antônio Belinati é construir naquela localidade, terminais periféricos de transporte coletivo. E além disso, uma série de instalação de abrigos. E a minha Cidade está sem recursos para isso. Eu estou pedindo ao Sr. Governador do Estado do Paraná.

Londrina também precisa de um centro de convenções e exposições, como outras cidades já possuem. Eu preciso do apoio dos Srs. Deputados para chamar a atenção do Governador do Estado.

Chamo a atenção, também, do Governador do Estado para a liberação de verbas para o Conselho Comunitário de Segurança de Maringá. Maringá também grita por mais segurança. E para que haja segurança, há necessidade de um projeto sólido e viável, quando para haver um projeto sólido e viável na área de segurança, nós precisamos injetar recursos, dinheiro.

E também para a cidade de Cascavel. E peço ao Governo do Estado que onde não houver Conselho Comunitário de Segurança, que acho de fundamental importância, que as verbas sejam destinadas às prefeituras municipais. E que as prefeituras municipais possam, então, dotar as delegacias de polícia de verbas, para que haja melhor segurança nos respectivos municípios em que eu encaminho à Mesa, nesta tarde.

Conto com o apoio deste Parlamento.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É justo que os Deputados, principalmente os que vêm reivindicando um melhor atendimento por parte da Assembléia, que assumam esta responsabilidade.

Eu não tenho, ainda, um gabinete da Lideranças do PDT. Eu também não tenho uma ambulância. Estou usando a ambulância do Líder do PMDB, Deputado Orlando Pessuti, o qual eu agradeço. Mas, é justo que todos nós, irmanados, possamos reivindicar em conjunto e assumindo a responsabilidade dos gastos da Assembléia. Não é justo que se peça, como eu pedi e assumi a responsabilidade, ao reivindicar um automóvel à Lideranças do PDT. Eu tive, inclusive, a franqueza de dizer ao Governador que não era um presente do Presidente da Assembléia, porque ele não está aqui para agradar Deputado nenhum. Pelo menos é o que eu sinto na sua pessoa, na sua honra-

dez. O que eu dizia ao Governador é que nós, os Deputados, que exigimos o gasto da Assembléia para atendermos as nossas comunidades, as nossas regiões.

É por isso que eu faço, aqui, um apelo aos companheiros do PT, que juntos eu já tenho conversado e graças a Deus da amizade com os mesmos, que todos nós, Deputados, não importa o Partido, mas que todos nós assumamos perante a opinião pública, perante a imprensa, a responsabilidade de exigirmos mais erário público para atender aos Senhores Deputados.

E espero, Sr. Presidente, que a Presidência, dentro das possibilidades, me arrume também um gabinete para a liderança. E da mesma forma, que me ceda uma ambulância, que segundo consta é do Regimento ou é da determinação deste Poder.

Assim, nós todos vamos ter o ônus de gastarmos o dinheiro público em benefício do povo. Pelo menos é este o nosso conceito.

Mas, "tudo vale à pena quando a alma não é pequena". Esta frase foi usada pelo Deputado Rafael Greca de Macedo na sua campanha a Deputado. Diversas faixas na Cidade tinha esta frase: "Tudo vale à pena quando a alma não é pequena", e todos nós sabemos que é do escritor português Fernando Pessoa, segundo me consta.

Mas, quero dizer aos Senhores Deputados, ao Senhor Presidente, que eu cheguei aqui na Assembléia Legislativa não foi por acaso. Eu não tenho padrinhos, o meu pai, nascido em Bauru, Estado de São Paulo, a serviço do Brasil, trabalhando pela Embaixada do Brasil em Portugal, eu lá nasci e aqui no Brasil fui registrado pela condição de filho brasileiro, e aos três anos de idade eu perdi o meu pai. E eu não sou ruim de memória não Deputado Rafael Greca de Macedo, porque eu me lembro dos conselhos da minha avó, da minha mãe, lembro da educação que obtive em casa e me lembro das minhas andanças pelo Paraná, me lembro por exemplo quando eu pegava o ônibus na cidade de Maringá e o alto falante anunciava que ia partir o ônibus que ia para Maringá, Paissandu, Camargo, Malu, Jussara, Cianorte, Tapejara, Cruzeiro do Oeste, Umarama, Xambrê, Pérola, Altônia e Guaíra. Eu era menor de idade Deputado Rafael Greca de Macedo, eu não tive, e não quero desmerecer a oportunidade que Vossa Excelência teve, eu nunca escrevi livros, mas sou pai, tenho filhos, eu nunca, em hipótese alguma eu me detive a memorizar o que os outros escrevem; eu leio para um conhecimento próprio e analfabeto eu não sou porque eu tenho curso superior, apesar que dizem que as nossas faculdades até mesmo com diploma de curso superior muitos saem analfabetos de lá.

Mas, eu quero dizer que eu fui um Ve-

reador da pequena cidade de Mandirituba por diversos mandatos, fui Presidente da Associação dos Vereadores do Paraná, ganhei a presidência de um Vereador de Curitiba, fui Prefeito do nosso município de Mandirituba e apareci quinze vezes para o Brasil inteiro como Prefeito criativo, o Prefeito que apresentava inovações, sugestões, e por este motivo que eu, principalmente eu que sou um ex-Prefeito e aqui tem tantos outros ex-Prefeitos, nós chegamos aqui não foi pela mão de ninguém, foi pelo nosso trabalho. Há vinte e dois anos em Mandirituba nunca perdi uma eleição, nem eu candidato, nem quem eu apoiei; e Mandirituba da região Metropolitana, mesmo sem rádio, respeitando os radialistas, mesmo sem televisão, respeitando os apresentadores dos programas de televisão. Mas, estou aqui, sinceramente Deputado Rafael Greca, pela coragem, pela raça, eu que não tenho família grande, já lhe falei que meu pai faleceu quando eu tinha três anos de idade, eu estou aqui para lhe dizer que eu não cometi erro nenhum de português ao dizer que Abrahão Lincoln no dia de ontem, o que eu queria me referir sem dúvida nenhuma, e talvez pelo fato de Abrahão Lincoln ser um incentivador pela sua vida, o lenhador, aquele que acabou com a escravidão nos Estados Unidos e talvez pelo fato de ter sido um congressista e eu ter falado aqui no Congresso do Paraná, ainda por estar elogiando uma pessoa de uma das famílias mais respeitadas do Paraná, que é a família Cunha Pereira, talvez por isso eu tenha cometido gafe de dizer Abrahão Lincoln. Mas, não quero e não aceito puxão de orelhas de Deputado nenhum, nem de Rafael Greca. Prefiro perder o mandato de Deputado do que ser chamado a atenção por quem quer que seja, espero e tenho feito isto, respeitando a todos e é com esse respeito que eu quero também ser tratado aqui nesta Casa.

Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Deve esse Deputado, nobre Deputado Geraldo Cartário, um pedido de desculpas público, exatamente para realçar a grandeza de Português e real excelência do poeta Fernando Pessoa lembrada por Vossa Excelência no verso que nós usávamos em estandartes aí na campanha, de fato tudo vale a pena quando a alma não é pequena.

Não quis eu ontem, embora possa ter parecido, ferir a dignidade Parlamentar de Sua Excelência, pelo contrário, quis preservá-la, ao ressaltar que o nome do homenageado empossado na Associação Comercial de São Paulo era o Doutor Lincoln da Cunha Pereira, que não é Abrahão; mas de maneira alguma quis eu fazer qualquer correção,

longe de mim, ao Senhor Deputado, correção quanto à forma gramatical que emprega, que é extremamente correta, própria de quem nasceu na terra portuguesa, que é generosa com relação à língua, até mais do que nós, que somos brasileiros, sobretudo que somos paranaenses e que comemos os "s" todos.

Quis eu fazer uma ressalva com relação a identidade do homenageado. De maneira que, plenamente satisfeito com o teor elevado da admoestação que me dirige Sua Excelência, aceito a reprimenda e lhe peço desculpas, Deputado Cartário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados para composição da Comissão Externa do IAPAR.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

A bancada do PT apresenta um projeto de resolução cuja iniciativa pertence à Comissão Executiva, mas vai receber o projeto e vai emitir parecer no mesmo.

Projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados João Iensen e Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do projeto de lei nº 11/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Higienópolis - AMOHI, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 38/91, de autoria do Deputado Artagão Matos Leão, que altera a redação do memorial descritivo do artigo 1° da lei 9533, de 14.01.91, a qual cria o município de Laranjal, desmembrado do município de Palmital. Com PARECER da C.C.J., FAVORÁVEL à apreciação pelo plenário. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 40/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que concede título de cidadania honorária do Estado do Paraná "post-mortem" ao Senhor Joaquim Penido Monteiro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 45/91, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra, com sede e foro na comarca de Andirá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 46/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que suprime o parágrafo único do artigo 1° da lei n° 9264/90, de 24.05.90. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 53/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que concede título de cidadania benemérita do Estado do Paraná a Senhora Edite Pizzatto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 54/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a creche Nossa Senhora de Lourdes, com sede e foro em Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 12/91, de autoria do Deputado Duílio Genari e outros, que altera a redação do memorial descritivo contido no artigo 1° da resolução n° 46/90. Com PARECER favorável da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 14/91, de autoria do Deputado Renato Adur, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Mato Rico. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 21/91, de autoria do Deputado Élio Rusch,

que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Entre Rios do Oeste, a ser desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. ERNANI PUDELL - Quero requerer a Vossa Excelência que tenha a fineza de responder por escrito o ofício que encaminhamos sob n° 955 datado de 06 de fevereiro de 1991. Foi dirigido a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência terá a resposta.  
A Mesa anuncia para o dia...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem. Senhor Presidente, não querendo ser cansativo, nem chato, mas na sessão de ontem fizemos uma questão de ordem pedindo a Vossa Excelência que determinasse a inclusão na pauta da sessão de hoje do projeto referente à transferência do FDE do BADEP para o BANESTADO.

Tivemos já a nossa questão de ordem deferida por Vossa Excelência por duas ocasiões mas, até o presente, o projeto não consta da pauta. Também não sei por qual motivo, mas o projeto vem sofrendo algum retardamento na sua tramitação. Tanto que já esgotado todos os prazos regimentais, ele ainda não foi apreciado na Comissão de Constituição e Justiça. Pelo menos é a informação que temos. E como estebelecê o Regimento da Casa e conforme já foi deliberado por este Plenário, o projeto teria que ter ido à pauta e Vossa Excelência poderá anunciar para a próxima sessão. Este é o entendimento que temos já com Vossa Excelência e com o Plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa a Vossa Excelência que o projeto ainda não se encontra sobre a mesa. Sugiro a Vossa Excelência que reclame na Comissão de Constituição e Justiça, onde o PMDB tem o maior número de Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, a questão não é de reclamar perante a Comissão de Constituição e Justiça, porque isto já o fizemos em ocasião anterior. Mas, é questão de cumprirmos aquilo que foi deliberado pelo Plenário e que foi assumido por Vossa Excelência. Nós, com base

no Regimento, requeremos que projeto de lei mesmo que não tenha sido apreciado na Comissão de Justiça, decorridos os prazos regimentais, constará da pauta e, depois de constar da pauta, ele irá para a Ordem do Dia, com parecer ou sem parecer da Comissão de Constituição e Justiça ou das demais. Então, é um assunto que já foi deliberado no Plenário e Vossa Excelência havia nos assegurado a inclusão na Ordem do Dia da semana anterior, como não houve sessão na semana anterior, teria que constar na sessão de ontem, Senhor Presidente, e ontem Vossa Excelência nos prometeu que na de hoje constaria, então estou apenas encarecendo a Vossa Excelência que determine a inclusão na pauta da próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado José Colombino Grassano com a palavra.

O SR. JOSÉ COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A questão de ordem levantada pelo líder do PMDB ontem, ficou sem resposta pelo tumulto que se verificou no final da sessão e que impediu que nós usássemos da palavra para colocar a posição da Comissão de Constituição e Justiça com relação ao seu pedido. Devo dizer a Vossa Excelência e aos Senhores Deputados que não somente o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, mas todos os seus membros, estão imbuídos de um propósito muito sério, de apreciar com seriedade, com responsabilidade e com isenção todas as matérias que chegarem àquela Comissão, porque temos um dever a cumprir nesta Casa, e guindados à sua Presidência, nós estabelecemos uma norma de conduta no sentido de valorizar, não somente a Comissão, mas principalmente o Poder Legislativo.

O nobre relator do Projeto de transferência do Fundo de Desenvolvimento do BADEP para o BANESTADO, Senhor Deputado Nelson Justus tem sido zeloso, tem sido responsável, tem procurado manter entendimento com todas as áreas da administração pública, porque estão querendo não apenas transferir um fundo, pretendem terminar com um banco de fomento que muito contribuiu para o desenvolvimento deste Estado. Em matéria de tão grave importância, tão relevante, não pode ser votada e nem apreciada em poucas horas, nem tão pouco pode ser apreciada pelo Plenário sem que a Comissão, sem que o seu relator tenha o parecer apreciado pela mesma Comissão.

Ainda ontem eu decidi juntar um Projeto semelhante à Mensagem Governamental, Projeto do ilustre Deputado Caíto Quintana, que também apresentava uma constituição para gerir o Fundo de Desenvolvimento, cujo relator, o ilustre Deputado Rafael

Greca, hoje atendendo a um despacho da Presidência juntou ao Projeto a Mensagem Governamental. Quero, então, deixar bem claro que, a Comissão de Constituição e Justiça tem agido com responsabilidade e espera, mesmo ultrapassando os prazos, cumprir com seu dever e oferecer ao Plenário da Assembléia Legislativa uma peça que possa permitir aos Senhores Deputados a análise e o julgamento definitivo sobre esse momentoso caso e que está tendo por parte da opinião pública uma grande atenção, mas que, infelizmente os homens do Governo não estão sentindo a importância que nós queremos dar na análise onde se pretende encerrar a atividade com um banco de desenvolvimento. Nós vimos e estamos vendo que Minas Gerais toda se levanta contra a intervenção extrajudicial contra sua Caixa Econômica Estadual, e hoje no Paraná os próprios Governantes teimam em terminar com o Banco de Desenvolvimento. Nós somos responsáveis, e por esta razão estamos dando todo o apoio, todo prestígio à atuação do ilustre relator Deputado Nelson Justus, que com muita seriedade, com inteligência e patriotismo, vem estudando esta Mensagem Governamental.

Era o que tinha a dizer a Vossa Excelência e a esse Plenário a respeito do comportamento da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, abusando da vontade de Vossa Excelência, eu retorno, em questão de ordem, ao mesmo assunto.

Ninguém aqui está a questionar a conduta da Comissão de Constituição e Justiça, embora caiba um questionamento, porque a referida Comissão, Senhor Presidente, tem por finalidade avaliar, analisar o projeto do ponto de vista constitucional e dentro da sua legalidade. A transferência do FDE do BADEP para o BANESTADO, é um assunto que, dentro do nosso ponto de vista e daqueles que procuramos consultar, reveste-se de princípios constitucionais e da legalidade. Portanto, a Comissão de Constituição e Justiça, ao tentar entrar na discussão do mérito, está exorbitando, inclusive, das suas atribuições; quem tem que analisar o mérito vai ser o Plenário, que tem que depois saber se vai, realmente, transferir ou não. A Comissão de Constituição e Justiça está, na nossa opinião, ao retardar o processo, prejudicando inclusive, o Paraná. Porque, saibam os Senhores Deputados, que muitos programas, hoje desenvolvidos pela Secretaria da Agricultura, recursos do Paraná-Rural, estão alocados junto ao FDE, e que não estão sendo liberados à Secretaria da Agricultura, impedindo alguns programas de microba-

cias, de manejo integrado do solo, de serem executados agora, quando as condições das lavouras permitem, porque nós estamos num período em que não temos soja e que o trigo ainda não foi plantado. Então, aí os erros excessivos que estão havendo, no nosso entendimento, estão prejudicando sim, o Paraná.

Nós também temos procurado dar ao Deputado Nelson Justus todo o apoio, tanto que o acompanhamos em reunião com a Presidência do BANESEADO, com a Secretaria da Fazenda; tanto que temos sido complacentes e permitindo até que o prazo fosse esticado além daquilo que estabelece o Regimento. O que nós aprovamos naquela ocasião, foi para que o Projeto constasse na pauta da sessão, que não tem nada a ver com Ordem do Dia, mas depois de um período, ele tem que vir a Plenário; o Plenário é que tem que fazer o julgamento do mérito.

Quando Vossa Excelência anexa este Projeto, o do Deputado Caíto Quintana, que é um Projeto de Lei Complementar, que disciplina a aplicação dos "royalties", não diz nada sobre o funcionamento do FDE, ele disciplina a aplicação de um dos recursos que estarão lá no FDE. Então, portanto, eu acho que aí está havendo uma mistura muito grande e o assunto, que é a transferência do FDE para o BANESEADO, está sendo jogado para lá.

Todos nós lamentamos, e os jornais já noticiaram que o BADEP tenha chegado na situação que chegou, todos nós sabemos que os prejuízos para o Estado, para o empresariado, estão ocorrendo; agora, o que nós temos que ter é o seguinte: existe uma intervenção extra-judicial por parte do Banco Central, que não é desta Assembléia Legislativa, nós não temos hoje um banco de desenvolvimento em condições de funcionar porque está num processo de intervenção, o outro, por determinação do Governo, está o Paraná fora dele, e nós já temos, autorizado pelo Banco Central, uma Carteira de Desenvolvimento junto ao BANESEADO que nós temos que implementar; se queremos, realmente ajudar o Paraná, temos que implementar esta carteira junto ao BANESEADO. É uma das coisas que nós precisamos, é dar condições de funcionamento ao FDE, coisa que ele tem hoje onde está lamentavelmente para todos nós.

O SR. NELSON JUSTUS (Pela Ordem) - Realmente, eu agradeço ao Deputado Pessuti, que não tem se furtado, em momento algum, neste momento tão difícil e tão decisivo em que esta Casa de Leis vive, a fim de analisar, principalmente a Comissão de Constituição e Justiça, analisar a transferência do FDE do BADEP para o BANESEADO. Realmente, nós temos a várias

mãos, procurado elaborar esse nosso parecer.

Devo adiantar ao nobre Parlamentar, que o Parecer já está pronto, o Parecer está pronto. Agora, infelizmente, hoje, na própria sessão da Comissão de Constituição e Justiça, não houve tempo hábil para isso, até porque essa reunião da Comissão foi apenas de trinta minutos, e, com isso, não houve tempo para que nós não só relatássemos esse projeto, como outros projetos que eram pertinentes a nós. Agora, é evidente que com isso nós procuramos nos acautelar de todas as maneiras. Eu quero aqui corroborar e ratificar a preocupação do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que realmente deve ser a preocupação de toda a Casa. No momento em que nós assistimos no Brasil inteiro a uma preocupação dos governantes, dos Deputados, dos Parlamentares, da classe política como um todo, preocupada essencialmente em preservar os seus órgãos de fomento, a preocupação nossa, parece-me, e essa infelizmente é a bomba-relógio que o ex-Governador Álvaro Dias deixou preparada no Palácio para o Governador Requião; nós estamos exatamente nos preocupando em facilitar a sua vida, já que ele, tenho certeza, não só ele como o seu Secretariado, pisa em ovos para se desviar desta bomba-relógio, desse verdadeiro golpe de "marketing" criado pelo ex-Governador Álvaro Dias, nós estamos procurando exatamente não só sinalizar como facilitar toda a vida, não só do atual Governador, como também de todo o seu Secretariado, para que possa com essa transferência do Fundo do BADEP para o Banco do Estado, ter condições de dar uma resposta à sociedade, à classe empresarial, à classe produtiva de todo o Estado do Paraná. Tenha a certeza, Deputado Pessuti, que em momento algum este Relator teve qualquer intenção de retardar o processo, até porque tenho procurado com insistência, não só Vossa Excelência, como outros Parlamentares preocupados com o assunto, para que nós pudéssemos encaminhar a coisa da melhor maneira possível. Tenha certeza, o Parecer está pronto e nós hoje não o relatamos, única e exclusivamente por uma questão de tempo, porque em trinta minutos, com vários processos a serem relatados hoje, nós não teríamos condições na Comissão de Constituição e Justiça de apreciá-lo e fazer com que viesse a Plenário.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvindo a arguição do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, do seu Relator e a preocupação do nobre Líder do Governo nesta Casa, nós nos colocamos ainda uma interrogativa maior, porque eu



Curitiba, terça, em 02.04.91

quero até estar enganado na colocação. do nobre Líder do Governo, de que o projeto retornando a Casa ele tenha a certeza de que será aprovado. Obviamente se autorizaria então o BANESTADO a receber esse compromisso que seria do BADEP. Mas, como ficaria também a situação, nós acreditamos que até isto se deve a precipitação de fato do Governo Álvaro Dias e como o próprio Governador Requião está colocando nas páginas de jornais. Pisaram demais no acelerador para tentar justificar alguma coisa a mais a nível de Paraná. Então, acreditamos que a agricultura do Paraná ela já perdeu muito e quando pisaram demasiadamente no acelerador do Estado para tentar mostrar uma imagem bonita ao Paraná e ao Brasil, esqueceram-se de que atitudes como esta, de por Decreto, iniciativa, ou pelo bel-prazer do Governador do Estado em extinguir o Banco de Fomento do Paraná. Não se pensou nos prejuízos posteriores que trariam essas medidas. Ora, obviamente nós tínhamos que ter pensado que a agricultura do Paraná seria prejudicada no momento em que impensadamente se tomou uma atitude de acabar com uma instituição de relevante importância como é o BADEP. Então, acreditamos que esse Parecer da Comissão de Constituição e Justiça deva trazer de fato todas as clarezas para que o Paraná não perca mais uma vez com decisões precipitadas, a exemplo do que o Governador Álvaro Dias tomou com relação ao BADEP e outros fatos também. Hoje, estamos e levantávamos aqui como também diversos Deputados também levantaram, a preocupação dessas decisões. Hoje o Paraná está sentindo os efeitos das medidas precipitadas e nós sabemos que será muito mais prejudicial ainda se o Paraná perder o BADEP, porque nós ouvimos a arguição do liquidante do BADEP que esteve aqui, que ao invés de trazer clarezas para a Comissão de Constituição e Justiça e aos demais Parlamentares que estavam presentes, ele trouxe simplesmente, mais complicação, não esclareceu nada, não disse nada, não disse por que veio, mas ali estava sendo gasto o dinheiro do povo para se fazer a liquidação pelo desejo do Governador Álvaro Dias, e nós não podemos hoje, pelo desejo do Governo ou de quem quer que seja, tomarmos uma medida precipitada a nível de Assembléia Legislativa, numa decisão de suma importância como é esta aí. Eu acho que está correta a decisão e é evidente que nós temos que ter muita clareza para tomarmos uma decisão a nível de Plenário.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Eu estava analisando a preocupação do líder Orlando Pessuti, de trazer o projeto a Casa e analisei atentamente o pronuncia-

mento do Deputado Colombino Grassano, Deputado Nelson Justus, Deputado Paulo Maia, mas analisei antes o pronunciamento do Deputado Algaci Túlio na tribuna. Não quero fugir do assunto. Quando o Deputado Algaci disse: "há necessidade de críticas ao Governo do Estado, e de se apoiar quando houver necessidades e que essas mensagens venham de encontro à população e de fazer críticas construtivas".

Eu sou do PRN, perdi uma eleição, mas eu não posso deixar de aplaudir o Governo do Estado do Paraná, Senhor Roberto Requião. Não posso deixar de aplaudir pela matéria que saiu hoje na "Folha de Londrina". Eu acho que ele disse, na "Folha de Londrina" (não sei quem mandou publicar, porque não foi desmentido), na "Folha de Londrina" diz que "pisaram demais no acelerador" e então ele acha que tem que ir devagar, analisar o que está acontecendo no Estado do Paraná, fazer uma análise se o passado foi mentira porque ele quer verdade no presente. Pelo menos foi isso o que eu entendi na "Folha de Londrina" hoje. Poucas palavras bastam. Vamos ver: "aceleraram demais", muito marketing, "pisaram demais no acelerador".

Então, pelo que se dá a entender, o Governador do Estado do Paraná, o atual, está preocupado com o Governo do Paraná.

Eu acho viável a preocupação da Comissão de Justiça. Analisar bem para que o projeto venha a Casa e aqui façamos uma análise perfeita e vamos dar ao Paraná aquilo que realmente ele merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede em parte a questão de ordem levantada pelo Deputado Orlando Pessuti. Comissão de Justiça terá 48 horas para emitir o seu parecer, em seguida a Comissão de Finanças com igual prazo e após ainda, a Comissão de Tomada de Contas.

Após essas 48 horas de cada Comissão, o Projeto vai figurar na pauta.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Lamento discordar da decisão de Vossa Excelência, porque o Regimento é claro quando diz que cumpridos os determinados prazos, mesmo sem parecer, o projeto constará da pauta e irá para a Ordem do Dia.

Veja também Vossa Excelência como não procede a questão levantada pelo Deputado Colombino Grassano e também pelo Deputado Nelson Justus - permita-me discordar dele - dizendo que não houve tempo para apreciação do Projeto, quando nós sabemos que outros projetos de menor importância para o Paraná foram apreciados e o projeto de transferência do FDE do BANESTADO, ou melhor, do BADEP para o BANESTADO, que nada

tem a ver, Deputado Paulo Maia, com a questão dos funcionários, essa é uma questão que não tem nada a ver com o "pisaram no acelerador" do Governador Álvaro Dias..., quisera que os outros Estados do Brasil pudessem ter "pisado no acelerador" e ter terminado o Governo como terminamos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós estamos decidindo uma questão de ordem, Deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Informo mais ainda: o projeto sequer constava da pauta da sessão da Comissão de Constituição e Justiça. Então, mesmo que tivesse tempo, provavelmente não seria apreciado, demonstrando que não há interesse da Comissão de Constituição e Justiça em apreciar o projeto.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Devo comunicar a Vossa Excelência que, atendendo a decisão da Mesa, a partir desse instante está convocada a Comissão de Constituição e Justiça para se reunir amanhã, às 10 horas, na Sala de Reuniões, onde será apreciado o Parecer do ilustre Deputado Nelson Justus. Devo esclarecer ainda a Vossa Excelência que segundo informou o liquidante extra-oficial do BADEP, Senhor Hércules de Souza, o BADEP tem competência para gerir e administrar o Fundo de Desenvolvimento sem que tenha necessidade de ser transferido para o Banco do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mantenho a decisão. Após Parecer emitido pela Comissão de Justiça, que deve ser, segundo o seu Presidente, na reunião de amanhã, a Mesa vai diligenciar para que o Projeto seja encaminhado à Comissão de Finanças, dentro de 48 horas e à Comissão de Tomada de Contas dentro de 48 horas. São projetos atinentes, que se referem a essas Comissões que têm interesse na matéria. Após o que, será incluída na pauta ou se o Deputado requerer, na Ordem do Dia, via direta.

O Senhor Deputado presidente da Comissão de Justiça devolveu o Projeto de Resolução que se refere à suspensão do Deputado José Artur Ritti.

Marco para quarta-feira, dia 10, no plenário, a votação da matéria.

Designo comissão externa que vai verificar a situação do IAPAR em Londrina, os Senhores Deputados: Emília Belinati, Colombino Grassano, Plauto Miró Guimarães Filho, Severino Félix Pessoa e Heinz Georg Herwig.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a

mesa, requerimento de n° 559-24, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 559-23, 559-25, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 559-11, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 559-39, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio do Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- Encaminhe-se à Comissão Executiva para informação.

Requerimento de n° 559-38, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- Encaminhe-se à Comissão Executiva.

Requerimento de n° 559-1, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 559-20, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 559-2, 559-3, 559-4, 559-5, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 559-6, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio dos Senhores Deputados Rossoni, Renato Adur, Nelson Garcia e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 559-7, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio dos Senhores Deputados Rossoni, Renato Adur, Nelson Garcia e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 559-8, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio dos Senhores Deputados Rossoni, Renato Adur, Nelson Garcia e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 559-10, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio dos Senhores Deputados Rossoni, Renato Adur, Nelson Garcia e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 559-9, de autoria

do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 559-12, 559-13, 559-14, 559-15, 559-16, 559-17, 559-18, 559-19, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 559-21, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 559-26, 559-28, 559-29, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 559-27, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 559-30, de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 559-31, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza,

constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 510, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para amanhã, quarta-feira, dia 03, às quatorze horas e trinta minutos, uma Sessão Solene de instalação oficial ao Ano dos Transplantes no Estado do Paraná, conforme disposto na Lei Estadual n° 94/65, e convoca o Senhor Deputado Algaci Túlio, para conduzir os trabalhos da referida sessão.

Marca ainda, para quinta-feira, dia 04, à hora regimental, uma sessão Ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 25/91;  
e do Projeto de Resolução n° 11/91.

Levanta-se a sessão.